

JOGANDO BURACO EM BRASÍLIA: ITAMAR EMBARALHA, FERNANDO HENRIQUE COSTA E O NURI ANDRADES DA O MORTE!



BRASIL AGORA

EXTRA DINOSSAUROS VIRAM NOVA MANIA MUNDIAL!

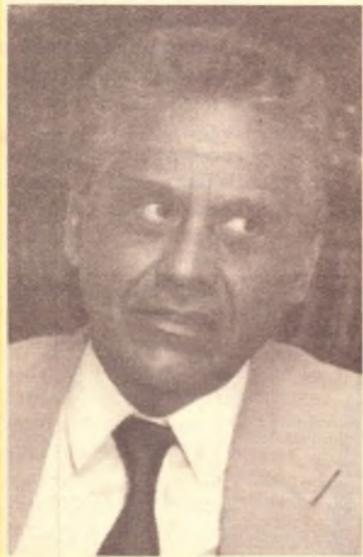


ANO II Nº 41

21 DE JUNHO A 4 DE JULHO DE 1993

CR\$ 65.000,00

ROBERTO JAYME/FOLHA IMAGEM



O PLANO FHC

*Dará certo?
Quem ganha
e quem perde
com ele?*

PÁGINAS 4 E 5

VIOLÊNCIA

*O massacre do
Carandiru e o
assassinato de
menores em São
Paulo viram
temas de livros*

PÁGINAS 6 E 15

SINDICATOS

*A experiência
bem-sucedida
das Câmaras
Setoriais*

PÁGINA 13

ALEMANHA

*O racismo mata.
E provoca
reações
populares.*

PÁGINA 14

JOSÉ PAULO LACERDA/AE



ENTRE TAPAS E BEIJOS

DEU LULA EM BRASÍLIA

Os petistas escolheram Lula presidente do partido em seu 8º Encontro Nacional, em Brasília, numa decisão que amenizou a disputa interna. Houve muitas divergências, mas não aconteceu o racha esperado pela grande imprensa. O final do encontro se transformou numa avant-première do que os petistas esperam para 1994: Lula presidente... da República.

PÁGINAS 8 A 12

SEDUÇÃO

A entrevista com Mário Amato, publicada no **Brasil Agora** nº 39, mostrou o quanto a direita sob a capa da FIESP nutre uma esperança: convencer Lula a não avançar em suas idéias.

Aliás, a palavra "moderação", empregada por Amato com tanta frequência, foi a tônica da entrevista. E talvez tenha sido utilizada de forma bastante suave, com a intenção de não causar turbulência entre as hostes petistas. Nestas circunstâncias, a palavra possui significado dos mais tendenciosos.

Não há pecado no fato de Lula se reunir com os empresários paulistas. Entretanto, é bom que se diga que estas reuniões têm estimulado de forma exacerbada as tentativas de suborno e sedução. Outro fato foi a viagem de Lula e Marco Aurélio Garcia aos Estados Unidos. Naquela ocasião, eles se reuniram com o sub-secretário do Tesouro dos EUA, que sugeriu para o Brasil a mesma solução de recuperar a economia nos moldes de Argentina, Chile e México. Tanto Marco Aurélio Garcia como Lula repeliram a sugestão.

Na iminência de ser eleito em 1994 (oxalá isto aconteça), Lula sofrerá com certeza tentativas de suborno e sedução. Mas a responsabilidade de Lula será quadruplicada: ele terá a missão de preservar também a história do partido.

ALTINIO RODRIGUES
Rondonópolis, MT

JUSTIÇA JÁ

O núcleo do PT/Perdizes, reunido no começo de maio, tomou conhecimento, através de diversos companheiros nossos que ocupam cargos na Administração Municipal, que alguns deles estão sendo processados em decorrência da sua atuação em cargos de confiança. Soubemos também que não existe iniciativa concreta das instâncias do partido para fornecer apoio jurídico a estes companheiros.

Eles estão sendo processados em função de posturas que correspondiam à aplicação de políticas públicas defendidas pelo partido. Não parece justo que tenham que arcar com suas próprias defesas jurídicas, isoladamente.

Por opinião unânime, resolvemos recomendar às instâncias do partido no município e estado que assumam a tarefa e coloquem um conjunto de advoga-



MARINGONI

—ÉTICA?
NÃO, NÃO
TENHO...
MAS AINDA
NESTA SEMANA
VOU COMPRAR.



DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** JOSÉ AMÉRICO DIAS. **EDITOR DE ARTE:** CACO BISOL. **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, HAMILTON CARDOSO, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER. **COPIDESQUE E REVISÃO:** CEISO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** JOTA E FABIANO CIAMBRA. **PRODUÇÃO GRÁFICA:** FABIANO CIAMBRA. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALCÍO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CÍCIOS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRENO AITMAN, CARLOS E. CARVALHO, CEISO HORTA, CÉLUS, CÍNTHIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, ELIANA ALVES DE MORAES, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FIAMARION MALÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, FLÁVIO PACHALSKI, GENARO URSO, HELO SILVA, HUGO SCOTTE, IVAN SEIXAS, ISAAC ARCELIUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTTO, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPFER, LINETE MARTINS, LUSCAR, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENOGUEIRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSSON, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NIUMÁRIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NOBA NAPOLI, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNELLIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZIEBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAULMINDO PEREIRA,

BRASIL AGORA

ROGÉRIO SOTTEI, RUI FAICÃO, RUTH BUENO DE ARAUJO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WILADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 222.6318/222.4326/220.7718. FAX: (011) 222.2865. **ADMINISTRAÇÃO:** M^o ALCÉ DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO:** (COORDENAÇÃO GERAL): MARIA ODETE G. DE CARVALHO E JOSÉ LUIS NADAI, ANA MARIA ALVES (ASSINATURAS), GUIBERTO GENESTRA (DIGITAÇÃO). **GERENTE DE DESENVOLVIMENTO:** PAULO M. SOLDANO. **GERENTE DE MARKETING:** ÉDER DE ARAUJO SANTOS. **ASSINATURAS:** RIO DE JANEIRO: ANA CLÁUDIA F. GONÇALVES (021) 242.0793. FORTALEZA: JOSÉ VITAL (085) 252.1992. PORTO ALEGRE: MOISÉS BALESTRO (051) 221.7733. BELÉM: JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FEHO (091) 224.8579. BELO HORIZONTE: ANTONIO DE PÁDUA BORGES (CEBOLA) (031) 222.3811. FLORIANÓPOLIS: PAULO EDUARDO SOLDANO, ELIZABETH A. BERNARDO (0482) 23.5907. EXPEDIÇÃO: JOÃO A. GUEVARA. **SERVIÇOS GERAIS:** ELISUANDA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **FOTOLITOS:** INPUT. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 16 DE JUNHO DE 1993. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** JOSÉ AMÉRICO DIAS

dos do partido para realizar a defesa dos companheiros.

NÚCLEO PT/PERDIZES
São Paulo, SP

VÁRIOS ATOS

O jornal **Brasil Agora** viveu seu Ato I com uma performance de informações políticas, com perfil jovem e com certeza até de modo irresponsável, ingênuo e inexperiente. Quantas não foram as vezes em que seus protagonistas também não pisaram na bola e até fecharam a cena, perderam o ritmo ou esqueceram o texto na hora "H"?

Mas na verdade nada pode impedir que o jornal comece a achar que as coisas ou as cenas não são assim tão difíceis de serem realizadas como

pede a direção do espetáculo.

Devemos observar questões como o alto custo da publicidade no jornal **Brasil Agora**. Se fossem mais baratos, estariam cumprindo sua parte no processo de criação de uma forte estrutura para a empresa.

Afinal de contas, por que complicar? Por que ir pelo cami-

VIAGEM A CUBA

A promoção de **Brasil Agora** que leva assinantes sorteados a Cuba teve seu último vencedor. Homero Gripp Vianna, de Petrópolis (RJ), foi contemplado, em sorteio público realizado no dia 7 de junho, com passagem de ida e volta.

nho turvo e nada prático das burocracias criadas por nós mesmos e onde nos perdemos com tanta

frequência, quase todos os dias?

Está na hora de se abrir a boca e, partindo de experiências tão amargas, promover a união de todas as personalidades presentes, de todas as idéias engavetadas. É hora do terceiro toque, de apurar o paladar e achocolatar o ímpeto profissional de todos envolvidos. Portanto, é hora de começar o Ato II.

Que o **Brasil Agora** tenha atos intermináveis que justifiquem a sua existência e que sejam intermináveis como os atos shakesperianos, e alegres como as piadas inteligentes de Grouxo Marx. E finalmente, é preciso mostrar a verdadeira face interna do **Brasil Agora**. Para levar uma verdade forte e segura a quem o lê e continuar lutando

para mudar as trágicas histórias de Nelson Rodrigues, vividas e interpretadas pela nossa sociedade para um cenário circense, onde o malabarista surpreende com sua destreza e o palhaço faz sorrir. "Sem medo de ser feliz."

GUIBERTO GENESTRA
São Paulo, SP

RABO PRESO

É realmente impressionante a diferença de tratamento que a **Folha de S. Paulo** deu ao governo de Luíza Erundina e dá ao governo Maluf. Os ônibus clandestinos nas ruas (só não vê quem não quer), a corrupção nas Administrações Regionais, a piora na merenda escolar e a falta de material também escolar, a quase paralisação do Hospital Ermelino Matarazzo, nada disso mereceu páginas inteiras do ex-cotidiano, como acontecia na gestão Erundina, tendo como única exceção a reportagem sobre centros culturais que estão se tornando delegacia de polícia, no jornal do dia 07/06.

A **Folha** mostra o seu rabo preso quando, em todas as matérias sobre aumento da tarifa de ônibus acima da inflação, usa os argumentos malufistas. É incrível, mas a própria **Folha** culpa a "gestão anterior" pelo preço reprimido e conseqüente explosão agora.

Na época da ex-prefeita, esse argumento não valia. O prefeito Jânio reprimiu a tarifa no final do seu governo, mas a **Folha** usa dois pesos e duas medidas.

As mortes de pessoas por soterramento, neste começo de ano, também foram creditadas à "gestão anterior", numa matéria, e na outra a prefeitura não foi sequer mencionada. A **Folha de S. Paulo** não chegou a noticiar todas as mortes. O fato perdeu o interesse. O jornal se comportou de forma bem diferente na "gestão anterior".

Mas a **Folha** mostrou mesmo ter o rabo preso quando noticiou que o secretário de SAR, Ricardo Izar, demitiu seu chefe de gabinete por "suposta irregularidade", que consistiu no uso da máquina pública para uma festa de aniversário à qual o secretário havia comparecido (mas nada tinha notado).

A **Folha** não noticiou a festa, como fez o **Estadão**, mas noticiou a providência tomada pelo secretário de Maluf.

Está na hora dos petistas que assinam esse jornal pseudo-progressista se manifestarem ao mesmo. O número de assinantes petistas da **Folha** não é nada desprezível, em termos econômicos, para o jornal. É hora também de começar a pensar se não é o caso de um boicote que atinja o bolso do Frias.

As matérias deformadas sobre a caravana do Lula merecem uma advertência para quem se julga acima da ética e da honestidade que exigimos de todo mundo.

MARIA ELISA
São Paulo, SP



SEJA NOSSO REPRESENTANTE

O jornal **Brasil Agora**, em fase de expansão, procura vendedores com alguma experiência para atuação nas capitais e interior dos estados. Possibilidade de bons ganhos.

O jornal garante apoio operacional. Procure o coordenador do seu estado.



DF	Ana Cláudia	(061)225.5103
MG	Antonio de Pádua	(031)222.3811
NORDESTE	José Vital	(085)252.1992
PA	José Maria	(091)224.8579
RJ	Paulo Soldano	(021)242.0793
RS	Moisés Balestro	(051)221.7733
SC	Paulinho	(0482)23.5907
SP E OUTROS	Éder/Odette	(0800)11.1300

Polícia militar e violência

Quando a ditadura militar criou as polícias militares com atuação em todos os estados do país, para que atuassem como um dos braços do Exército na repressão que se esbateu contra quantos optaram pela luta armada para o restabelecimento da democracia golpeada em 1964, instituiu um sistema corporativo de julgamento dos integrantes daquelas corporações, para não expor seus homens aos azares de uma justiça não comprometida com seus objetivos.

Com o esvaziamento do regime militar e o restabelecimento das liberdades democráticas, as polícias militares passaram a desempenhar atividades civis, competindo-lhes o policiamento ostensivo, preventivo, reservando-se à Polícia Civil as funções de polícia judiciária, responsável pelos inquéritos que devem fundamentar a ação penal pública.

Contudo, permaneceu a competência da Justiça Militar, através de suas auditorias e tribunais, para processar e julgar os chamados crimes de policiamento: homicídios, lesões corporais, prisões ilegais, torturas etc...

Com o correr dos anos, verificou-se que a Justiça Militar vem sendo extre-

tremamente condescendente com a prática desses crimes por policiais militares. Nesse sentido, o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo, constatou uma impunidade que alcança cerca de noventa por cento dos casos apreciados pelos juizes militares. Quando não se decretava o seu arquivamento ou a absolvição dos culpados por falta de provas ou pelo reconhecimento das excludentes da legítima defesa ou do cumprimento do dever legal, os processos se delongavam por anos e anos sem que encontrassem um desfecho razoável; buscava-se, com o passar do tempo, o esvaziamento dos quadros probatórios... Nesse ínterim, os policiais implicados continuavam em serviço e eram elogiados e promovidos por merecimento.

Esses fatos tornaram-se mais evidentes à época dos trabalhos da CPI que investigou a eliminação de crianças e de jovens, quando se constatou que a impunidade decretada pela Justiça Militar era responsável pelo aumento da violência policial.

Aliás, esses fatos vieram comprovados por relatórios da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, bem como pelos estudos levados a efeito pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça. Mais tarde, eles foram evidenciados em relatório da America Watch e do Núcleo de Estudos da Violência da USP, recentemente lançado em nível nacional e internacional.

Os números oferecidos por esses relatórios são por demais eloquentes, apontando uma violência que qualifica a Polícia Militar de São Paulo como responsável por

eliminações extra-legais.

Em São Paulo, segundo o relatório da America Watch/USP, foram eliminadas 4.260 pessoas, de 1987 a 1992, sendo que, dentre essas, 57% não apresentavam antecedentes criminais...

Esses fatos, que já eram do domínio público (pesquisa publicada pela Folha de S. Paulo indicava que em São Paulo eram mortas pela Polícia Militar sete pessoas por dia), mostravam não mais ser possível compactuar com a impunidade decretada pela Justiça Militar, sendo imperioso voltar-se à competência da Justiça Comum para o processo e julgamento de policiais militares apontados como responsáveis por violências praticadas em atividades de policiamento ostensivos.

Nesse sentido, como deputado federal, ofereci projeto de lei que buscava o retorno à súmula 267, do Supremo Tribunal Federal, que ordenava fossem julgados pela

Justiça Comum os policiais e praças da polícia que cometessem delitos nas funções policiais e que fora tomada com efeito pela emenda 7 de abril de 1977 (Pacote de Abril).

Como tramitavam outros projetos na mesma área, o PMDB ofereceu uma emenda aglu-

tinativa, que restringia o alcance daquele projeto, pois entregava à Justiça Comum apenas os crimes dolosos contra a vida (homicídios consumados ou tentados). Essa emenda foi aprovada, ressalvados destaques que, suprimindo a expressão "contra a vida", davam a ela a mesma abrangência do projeto original.

A intervenção do deputado Ibsen Pinheiro, comandando a área mais atrasada e conservadora da Câmara dos Deputados, alimentado por interesse corporativos e desprezando os verdadeiros interesses populares, foi decisiva para que os destaques em questão não obtivessem votação favorável.

Foi sem dúvida um grande avanço conseguido, a despeito do lobby desenvolvido pelo Exército e pelas Polícias Militares, estas últimas comparecendo em massa ao Plenário da Câmara para pressionar os representantes do povo.

O projeto encontra-se agora no Senado Federal, onde prossegue a luta para ampliar sua abrangência, sendo imperioso que as entidades representativas da sociedade civil intervenham de maneira mais vigorosa, para que esse restolho do autoritarismo da ditadura militar seja inteiramente varrido.

Somente assim poderemos ver diminuída a violência policial, fator de insegurança para o povo, mesmo porque, se somos todos iguais perante a lei, não se pode admitir que pessoas, segundo a posição que ocupam, sejam julgadas por este ou aquele órgão judicial.

* HÉLIO BICUDO é deputado federal do PT/SP.

Não é possível mais compactuar com a violência. Os crimes dos PMs têm de sair da jurisdição da Justiça Militar.

LUZCAR



OPINIÃO
ANDRÉ LUZ *

O mito da energia nuclear

Com o processo de redemocratização, muitas esperanças surgiram na sociedade brasileira, principalmente entre aqueles que lutaram por, e sonharam com, um Brasil novo, com governos transparentes e participativos. Das muitas decepções dos últimos anos, a falta de transparência e de participação popular nas decisões do desenvolvimento econômico e social do país é a que cala mais no nosso coração petista. Trocamos uma ditadura militar por uma

dólares por KW instalado, contra a média das hidrelétricas, de US\$ 1.252.

Riscos. Nenhuma usina nuclear, no mundo inteiro, mostrou-se segura. O desastre de Chernobyl mostrou o quanto de nocivo e permanente traz um acidente deste tipo. Se, como dizem os defensores do uso de energia nuclear, a possibilidade de um acidente é pequena, a relação desta possibilidade com o efeito causado nos traz a argumentação de que precisamos.

É falso o argumento de que precisamos da energia nuclear para nos desenvolver. Há um superávit de 3 mil MW na região.

Esses efeitos não se dissipam com a intervenção da ciência e só depois de várias gerações a contaminação do meio ambiente começa a diminuir. Que direito nós temos de afetar o destino dessas gerações?

E a sociedade? Não tem o direito de decidir o seu destino? Até agora nenhum plano de evacuação convincente foi elaborado para a população de Angra dos Reis. A má conservação das estradas, a falta de alternativas de acesso à cidade e o total despreparo de FURNAS evidenciam o caos e a tragédia que ocorrerão em caso de um acidente. Como podemos, diante de todo esse quadro, sequer pensar na conclusão da Usina Angra II? Se já foram investidos quase US\$ 5 bilhões, quando o cálculo inicial era de 640 milhões, como acreditar que "só" faltam US\$ 1,3 bilhão? Que inversão de lógica é esta: uma enormidade de dinheiro foi gasta inutilmente e uma outra enormidade deve ser gasta para tornar o projeto menos inútil?

Somos contra o uso de energia nuclear. Mas somos a favor de que a população decida se o Brasil deve ou não continuar o programa nuclear (inclusive o militar). Exigimos que pelo menos se cumpra a legislação e se faça o Estudo de Impacto Ambiental, e que o Congresso participe de todas as decisões relativas ao uso de energia nuclear no Brasil.

* ANDRÉ LUZ é membro da Coordenação Nacional da sub-secretaria de ecologistas do PT.

A IMPRENSA ERROU

Esta edição do **Brasil Agora** dedica seis páginas à cobertura do 8º Encontro Nacional do PT, realizado em Brasília entre os dias 11 e 13 de junho. A polarização ou o racha entre os "moderados" e a "esquerda" de que falava a grande imprensa não ocorreu. É óbvio que o partido mudou, inclinando-se para a esquerda. Mas as classificações da grande imprensa, contudo, estão longe de representar o que de fato aconteceu no encontro petista. Com o objetivo de montar um painel deste importante momento da vida do maior partido de esquerda do Brasil, publicamos análises de resultados, reportagens, além de ouvir dirigentes do PT, intelectuais e representantes de outros partidos (páginas 8 a 12).

No mais, destacamos a matéria de Antonio Martins sobre o plano econômico do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Um plano limitado em sua abrangência - basicamente cortes orçamentários e cobrança de dívidas estaduais - mas que mesmo assim enfrenta várias dificuldades em sua implementação, a começar pelos próprios governadores e deputados que apoiou o governo Itamar (páginas 4 e 5).

Carta baixa na manga de Fernando

O ministro da Fazenda já não nega que planeja um choque. Terá força para realizá-lo? É esta

Fiel a seu "estilo-verdade", o ministro da Fazenda não titubeou. A jornalista Cláudia Safatle, da *Gazeta Mercantil*, acabava de ocupar o microfone reservado à imprensa para fazer-lhe, durante a entrevista coletiva que concedeu dia 14, a pergunta chave. As medidas anunciadas pelo governo eram suficientes para deter a alta dos preços? Ou seria possível esperar no futuro algum choque, o algo a mais necessário para deter a chamada "inflação inercial". "Não vou ocultar nada", respondeu Fernando Henrique: "As decisões que adotamos agora são as que julgamos hoje suficientes para alcançar a estabilização. Mais adiante, no entanto, vamos ver o que acontece".

Pouco destacada pelos jornais diários, a resposta contém, no entanto, a chave para compreender o programa anunciado no dia da entrevista, após uma reunião do ministério do presidente Itamar Franco. Fernando Henrique é, desde a queda de Zélia Cardoso de Mello, o primeiro ministro da Fazenda a não negar, em declarações públicas, a possibilidade de um choque. É a insuficiência do que foi decidido dia 14, destacada com precisão pela jornalista, confirma uma tese sustentada nos últimos dias por vários analistas políticos. Trata-se apenas dos preparativos para a chacoalhada com que o ministro pretende, nos próximos meses, reduzir fortemente as taxas mensais de inflação, salvar o governo Itamar Franco do caos e pavimentar o caminho para o



O anúncio do plano: alegria do ministro, caretas do líder

avanço da "terceira via" na sucessão presidencial.

Visto em si mesmo, o programa do dia 14 é, como frisou o presidente da CUT, Jair Meneguelli, "o rato que a montanha pariu". Seus seis pontos fundamentais repetem e aprofundam, no essencial, o conjunto de medidas conservadoras proposto por Eliseu Resende em 24 de abril.

A PODA. O ministro pretende, em primeiro lugar, assegurar um corte adicional de 6 bilhões de dólares no Orçamento da União para 1993, que serão retirados dos programas de custeio e investimentos. Ao contrário do que fez seu antecessor, não houve, desta vez, sequer a preocupação de apresentar, junto com a proposta de cortes, uma "reprogramação" de gastos para "privilegiar a área social".

"Não vamos destinar os recursos eliminados de outros ministérios nem para a Saúde, nem para a Educação, nem para a Previdência",

garantiu o ministro, ao responder à indagação da repórter da *Folha de S. Paulo*. Em outra parte de sua entrevista: "A economia brasileira está crescendo. O setor privado puxa o crescimento, mas o déficit do Estado o atrapalha. Nós vamos impedir que o setor público continue sendo obstáculo aos particulares".

Embalado por esta crença, Fernando Henrique pretende impor também aos estados e municípios um arrocho de gastos semelhante. Um segundo ponto do conjunto de medidas implica suspender todas as transferências de recursos (exceto as asseguradas pela Constituição) aos governos estaduais e municipais que a União considera "inadimplen-

tes". Como parte de um terceiro bloco, o governo pretende ampliar, através de projeto de lei que enviou ao Congresso, as atribuições do Banco Central, para intervir nos bancos estaduais.

PRIVATISMO. O viés privatista das decisões anunciadas dia 14 transparece em outros dois conjuntos de medidas. Não satisfeito em "concluir rapidamente" a desestatização nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, iniciada por Fernando Collor, o governo Itamar planeja agora "dar início à privatização dos setores elétrico e ferroviário". Para executar o programa a toque de caixa, quer "resgatar" a dívida da União junto a fundos de traba-

O INCRÍVEL ORÇAMENTO PARALELO DO BC

Parcela de recursos do Tesouro que é destinada ao pagamento da dívida interna tem sido engordada nos últimos anos por um autêntico orçamento paralelo. Ele reúne recursos de pelo menos 7 bilhões de dólares - quase 1,6 vezes superiores, portanto, à soma dos investimentos feitos pelo Estado em 1992. A denúncia é do professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, que passou a se debruçar mais atentamente sobre a questão nos últimos meses.

O professor Munhoz explica. Há alguns anos, ficou convencionado que o pagamento dos juros devidos aos banqueiros credores da dívida externa do país seria feito pelo Banco Central - e não pelo Tesouro. Como contrapartida, foram oferecidos ao BC títulos da dívida interna em valor semelhante.

Enquanto as taxas de juros internas ficaram em patamares semelhantes às pagas no exterior, tratava-se apenas de uma complicação contábil sem maiores consequências. Nos últimos anos, no entanto, surgiu e se ampliou sem cessar uma grande defasagem. Em 1993, por exemplo, as taxas internacionais de juros pagas nos mercados onde a moeda corrente é o dólar estão situadas na faixa de 6% ao ano. Já o Estado brasileiro remunera os grandes grupos econômicos credores de sua dívida interna a taxas de 20% anuais. A disparidade indica, por si mesma, um enorme assalto aos cofres do Tesouro, praticado em benefício do grande capital.

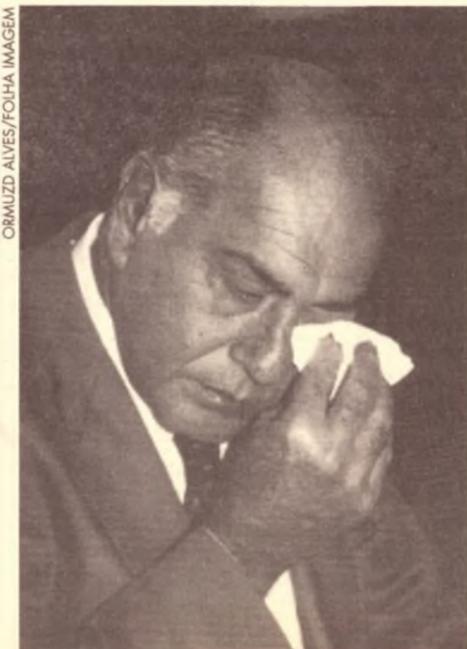
Mas há um efeito secundário, também perverso. Como o BC paga no exterior um juro de 6% ao ano, e recebe do Tesouro taxas que beiram os 20%, ele embolsa um spread (diferença) de 3%. Aplicado sobre o montante de títulos públicos em poder do banco (US\$ 50 bi), esta diferença gera recursos de cerca de 7 bilhões de dólares anuais.

Segundo o professor Dércio Munhoz, tais somas são empregadas habitualmente para rolagem e resgate da dívida interna. Com base em seus estudos, o professor tem recomendado ao governo e ao Congresso a praxe que encarrega o BC do pagamento dos juros externos. Ele prevê que a mudança poderia eliminar o esdrúxulo "orçamento paralelo", e impedir que US\$ 7 bi caíssem num "buraco negro", onde não há qualquer possibilidade de controle social.

O professor Dércio não sabe dizer por que motivo sua proposta, feita com insistência junto ao governo e ao Congresso, tem sido sucessivamente postergada. Ele reconhece, porém, que são corretas as avaliações que vêem o Banco Central como um órgão organizado de forma a favorecer os credores internos do Estado brasileiro, e em especial os bancos privados.

A.M

Garcia (MG), Fleury (SP), Collares (RS), Brizola (RJ) e ACM (BA)...



Henrique

a questão.

lhadores como o FGTS, "convertendo-a" em títulos que poderão ser empregados apenas na compra de estatais. E para frustrar eventuais resistências das empresas em processo de privatização irá propor, através de projeto de lei, que estas fiquem imediatamente subordinadas, uma vez iniciados os procedimentos para venda, ao tacão do próprio Ministério da Fazenda. O presidente da CUT lembrou que todas as decisões foram tomadas ao inteiro arripio da CPI das Privatizações, que apontou na semana passada uma série de irregularidades na venda de estatais e pediu, ao contrário do que quer agora o governo, que o programa fosse suspenso e submetido ao debate no Congresso e entre a sociedade civil.

O penúltimo item do programa implica um severo ataque aos próprios bancos federais. Se prosperarem as idéias do governo Itamar, eles terão de "enxugar suas redes de agências", fechando as que forem consideradas "desnecessárias" pelo Executivo. O Banco do Brasil terá de "firmar sua vocação agrícola". E o Banco Meridional, encampado pela União há cerca de dez anos, quando estava em situação falimentar, e em seguida saneado e transformado numa instituição lucrativa, será agora devolvido à iniciativa privada.

SONEGADORES NA CADEIA?

Assim como fizera Eliseu Resende, o atual ministro fala também em combater a sonegação de impostos, um propósito de nobreza indiscutível, mas que foi abandonado tantas vezes quantas anunciado, nos últimos governos. Na entrevista à imprensa, Fernando Henrique declarou que "ficaria muito feliz se o Judiciário colocasse alguns sonegadores na cadeia", e anunciou que iniciará imediatamente notificações contra alguns milhares de contribuintes faltosos. É possível prever decisões

"bombásticas" a respeito, portanto. Lembram lideranças democráticas, porém, que mais uma vez foram evitadas as soluções que poderiam enfrentar o problema de forma consistente, como o reforço à estrutura de fiscalização da Receita Federal, reconhecidamente combatida, e a concessão aos sindicatos de poderes para verificar o recolhimento, pelas empresas, das contribuições ao FGTS.

Inteiramente adaptado às teses liberais sobre a crise, o programa econômico foi saudado pelos editoriais dos jornais diários. Despertou, além disso, aprovação ampla das lideranças conservadoras, porque "aponta uma redefinição do papel do Estado na economia", nas palavras do presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Mas serão as medidas capazes de deter a inflação?

O economista Dércio Garcia Munhoz, um dos mais atentos estudiosos das finanças públicas do país, aposta que não. De olho nas estatísticas, ele insiste que cortar gastos com investimento e custeio penalizará duramente certos programas sociais e de infra-estrutura do Estado, mas não estancará o verdadeiro rombo por onde sangram os recursos do Tesouro.

GOTA D'ÁGUA. Dércio reconhece que, conforme afirmam os ideólogos conservadores e repetiu o ministro Fernando Henrique, houve no orçamento deste ano, por pressão dos deputados e senadores, um ligeiro aumento nos gastos destinados a certos ministérios. Trata-se no entanto, adverte ele, de uma gota d'água no oceano. Um exemplo são as verbas para a Saúde. Ao longo do governo Collor, elas foram reduzidas à metade, e equivaliam, no orçamento apresentado pelo antigo presidente no ano passado, a 4,7 bilhões de dólares. O Congresso as elevou para US\$ 5 bilhões, muito abaixo, portanto, dos próprios valores, já insuficien-



tes, alocados ao longo do governo Sarney.

"Enquanto isso", calcula Dércio Munhoz, "o Tesouro gastou, só no ano passado, 20 bilhões de dólares com o pagamento de juros aos credores da dívida interna. Este ano as taxas caíram um pouco, mas o montante será provavelmente superior, ainda assim, ao total de gastos com todo o funcionalismo e ficará muito acima dos valores destinados a investimentos e custeio, que limitaram-se em 1992 a US\$ 4,6 bi.

Em sua entrevista à imprensa, Fernando Henrique Cardoso incluiu o pagamento de juros aos credores da dívida interna no rol de despesas sagradas, que o governo sequer pensa em cortar. Trata-se de uma garantia que as elites precisam ouvir. O ministro sabe que as dezenas de bilhões de dólares pagas pelo Estado a título de juros têm como destino, em essência, o caixa das grandes empresas, que usam a "cirananda financeira" para preservar seus lucros em tempos de crise.

INFLAÇÃO, A INIMIGA. Fernando Henrique não ignora, no entanto, que não poderá vencer o fantasma invicto da inflação brasileira, que desafiou e derrubou uma sucessão de antecessores, cortando o esparadrapo dos postos de saúde, os salários dos barnabés ou o asfaltamento de estradas que alguns deputados dos grotões incluem malandramente no orçamento, para contentar seus currais.

"O governo está fazendo a sua parte", disse ele várias vezes ao longo de sua entrevista

coletiva, e nessa frase é possível encontrar a peça que falta para compreender as intenções do Palácio do Planalto. Ao assegurar às elites agora que irá preservar seus interesses essenciais, o ministro poderia estar preparando terreno para adotar, em algum momento do curto período que lhe resta à frente da Fazenda, medidas heterodoxas - congelamento, pré-fixação de preços, "âncora cambial" ou dolarização. Sem essa garantia, essas opções poderiam ser rechaçadas pelos grandes empresários, sempre vigilantes nos últimos anos contra qualquer postura que implique em quebra de uma "normalidade" da qual, afinal de contas, se servem.

A hipótese de que o conjunto de medidas anunciado dia 14 é na verdade a ante-sala de um programa mais ousado, ainda que essencialmente conservador, foi levantada entre outros, já no início do mês, pelo influente semanário *Carta Política*, que circula entre empresários e políticos. A execução deste plano em duas etapas, que poderia criar, às vésperas da eleição presidencial do próximo ano, uma sensação de tranquilidade capaz de influir no pleito, depende no entanto de muitos pressupostos.

O primeiro pressuposto é a reação do movimento social. Os partidos progressistas e os sindicatos, por exemplo, aceitarão ser cúmplices de um plano que implica privatização aprofundada, desmantelamento ainda mais completo dos sistemas públicos de Saúde, Educação e Previdência, e provavelmente manutenção do arrocho salarial?

AZEITONA NA EMPADA. Quase tão importante quanto isso é perguntas às forças e personalidades políticas que apoiam a "terceira via" se aceitam ser parceiras num plano que, mesmo em caso de sucesso, terminará com um único vencedor - o ministro que o executa - e inúmeros derrotados - os governadores e parlamentares que, ao emprestarem seu apoio às medidas, estarão comprometendo seriamente, por exemplo, as possibilidades de concederem reajustes ao funcionalismo público ou executarem obras de vulto, num ano eleitoral.

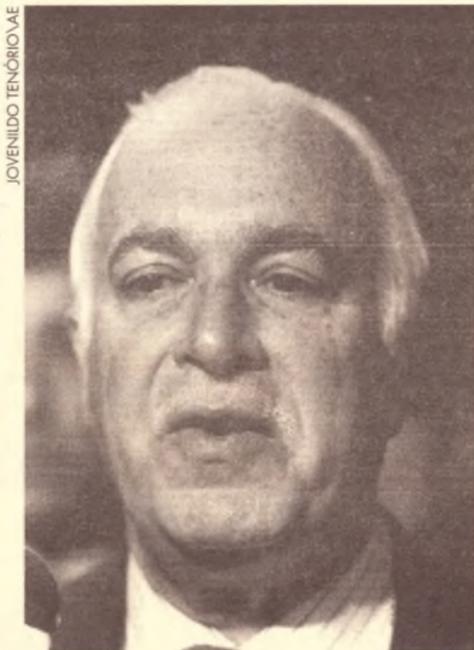
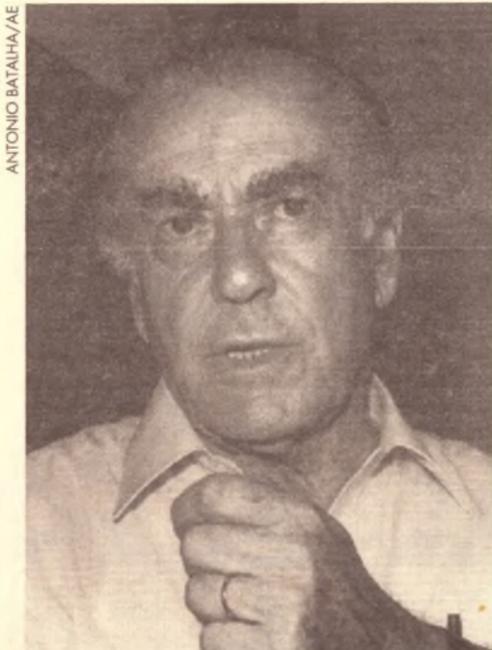
O jornalista José Casado, da *Gazeta Mercantil*, calculou por exemplo que a renegociação das dívidas de estados e municípios, que o governo incluiu nas decisões do dia 14, implicará "reduzir pela metade os projetos de gastos feitos por Fleury, Brizola, Hélio Garcia, Alceu Collares e Antônio Carlos Magalhães".

Os primeiros sinais não parecem muito alvissareiros para o ministro - para usar um termo que ele gostou de empregar, durante a entrevista coletiva. Na seara do movimento social, sobressaiu, no dia seguinte à divulgação das medidas, a opinião de Jair Meneguelli, como se viu, bastante dura. Não foi só. O governador de São Paulo, por exemplo, mandou um recado claro através da imprensa, no próprio dia da entrevista de Fernando Henrique. Afirmou que, bem feitas as contas, considera que as dívidas do estado que dirige com a União limitam-se a 740 milhões de dólares - e não aos 6,1 bilhões pretendidos pelo governo federal. E a soma só era tão alta, reclamou, por causa da política de juros extorsivos adotada por sucessivos ministros da Fazenda...

O próprio líder do Palácio do Planalto na Câmara, Roberto Freire, não parecia muito otimista no dia 14. Depois de dizer que "toda reprogramação de orçamento é traumática", lembrou que a base parlamentar do governo não garante ainda sequer a aprovação as medidas lançadas naquela data, e previu que seria "tensa" a batalha para fazê-las passar pelo crivo do Congresso.

ANTONIO MARTINS

...para encher a bola de Fernando Henrique, os governadores oferecerão suas cabeças?



Cenas de um massacre sem punição

Um livro chocante sobre as cenas inéditas de um morticínio em que os autores foram premiados

EUGÊNIO NOVAES/FOIHA IMAGEM



Massacre do Carandiru: sobreviventes clamam por direitos humanos

Luiz Antônio Fleury Filho gostou de aparecer como um dos políticos meio-termo, capazes de amortecer os candidatos às eleições presidenciais em 1994. Uma terceira via, porém, manchada de sangue. A prova da capacidade de gerar morticínios está fielmente retratada nas páginas do livro *Pavilhão 9, o Massacre do Carandiru*, escrito pelo deputado petista de São Paulo, Elói Pietá, e pelo jornalista Justino Pereira.

Os autores mostram como as tais idéias moderadas do governador não combinam com a sua principal obra erguida sobre a montanha de 111 cadáveres, obtida em uma operação de 45 minutos no dia 2 de outubro do ano passado, véspera das eleições para prefeito e vereadores em todo o estado. E mais: mostram a manobra de Fleury e seu secretário de Segurança Pública, Pedro de Campos Franco, para esconder a pilha de defuntos, para não prejudicar o desempenho dos candidatos.

LEI DO CÃO. O trabalho de reportagem é inédito por desvendar o motivo desencadeador do fuzilamento e listar todos os responsáveis envolvidos e as repercussões político-legais absurdas. O livro traz uma descrição minuciosa da vida subterrânea na cadeia. A partir daí fica claro entender como a Casa de Detenção é regida por leis que ignoram os códigos civil e penal. Valem as regras não escritas e

que não podem ser burladas. Uma delas determina que os condenados por estupro têm que ficar separados dos demais presos. Qualquer coisa fora disso pode gerar grandes encrencas. Aliás, foi o que aconteceu naquela tarde chuvosa de 2 de outubro.

Um dos detentos, Coelho denunciou dias antes que a "mulher" do preso Barba era um esturador. Barba, um presidiário de grande prestígio, não gostou nem um pouco e iniciou uma briga com Coelho. Deu-lhe um soco. Coelho revidou em seguida, dando início a uma confusão envolvendo os outros presos, em uma espécie de torcida. Quando a situação já estava se normalizando, porque Coelho decidira se entregar à guarda penitenciária como "causador" do tumulto, esta agiu de maneira imprudente. O guarda Avaré espancou Coelho, aumentando o rebuliço. Como se não bastasse esse equívoco, o chefe de segurança da Casa de Detenção suspendeu o jogo de futebol, o que fez os presos retornarem apressadamente para as celas engrossando a revolta.

O diretor da penitenciária, Ismael Pedrosa, informou o secretário de Segurança do estado. Campos Franco entrou em contato com Fleury, que estava na cidade de Sorocaba fazendo campanha. Enquanto Pedrosa ainda falava com juizes e outros superiores, foi surpreendido pelo coronel Ubiratan Gui-

marães, o comandante do policiamento metropolitano. Ele já estava na sua sala. Mas quem o teria avisado?

Quando o diretor desceu, era tarde demais. O pátio estava tomado por centenas de oficiais e soldados. Não houve vontade de se desenvolver negociações. Logo depois ocorreu o massacre, que o livro de Elói e Justino relata com uma extraordinária riqueza de detalhes.

PROMOÇÕES. Não é novidade que os policiais responsáveis pelo patrulhamento de São Paulo fossem capazes de promover aquela carnificina. Afinal, diante de um raciocínio bestial, o que vale um pouco mais de uma centena de presos? Entretanto, a tragédia parece não ter fim. Depois de depoimentos, da CPI e inquéritos da justiça militar e civil, o que se constata é que até agora ninguém foi punido. Ao contrário, a maioria dos oficiais envolvidos recebeu promoções. O secretário Campos perdeu a Secretaria de Segurança, mas voltou a seu antigo posto de procurador da Justiça. Fleury só foi condenado pela Anistia Internacional. Mas Elói e Justino, com seu livro-denúncia revelador não só da violência da polícia, como dos meandros do sistema penitenciário brasileiro, mantêm o assunto na ordem do dia, cobrando justiça.

ADÉLIA CHAGAS

TRECHOS DO LIVRO

Contando as cinco forças, havia 350 PMs, entre oficiais e praças, além dos cachorros e de 25 cavalos, e era com esse pequeno exército que o coronel Ubiratan contava invadir o Pavilhão 9 e dominar os presos rebelados.

O oficial que o soldado Ademir Leal, do seu posto na muralha, ouviu ordenar:

- Todo mundo tira as divisas e os nomes! Tira tudo, cabos, sargentos, oficiais, tira tudo!

Deitados e indefesos também estavam Elias Oliveira Costa, Eriovaldo da Silva Ribeiro, Olívio Antônio Luiz Filho, José Carlos Silva. Foram metralhados.

Elias Oliveira estava nu. Tinha dezenove anos e o corpo tatuado. Uma estrela num ombro e um coração no outro. No antebraço direito, o gato Garfield. No outro, um sol e um vulcão. Foi atingido por treze disparos, treze novas tatuagens.

- Aqui é a morte!

Não adiantou os dois clamarem por Deus. José Jorge Vicente e Ocenir de Lima caíram sentados na cama e depois tombaram para trás sob o impacto das balas.

O PM então perguntou:

- Você está assustado? Pena que acabou as balas...

Então, puxou o gatilho novamente e dessa vez o revólver não falhou.

Então, o policial pegou uma arma cortante que ele não pôde ver direito se era faca ou canivete, pois estava com a cabeça abaixada, e começou a cortá-lo no ombro e no pescoço, dizendo que ia gravar as suas iniciais, "A.J.S".

PAVILHÃO 9 - O MASSACRE DO CARANDIRU, DE ELÓI PIETÁ E JUSTINO PEREIRA, FOI LANÇADO PELA EDITORA SCRITTA AO PREÇO DE CR\$ 650 MIL, EM JUNHO.

Um jornal que não está na onda neoliberal

BRASIL AGORA

ASSINE JÁ
LIGUE GRÁTIS
FONE 0800-11.1300



Desmantelando o ensino

Ele desfaz tudo o que já foi feito e repassa o dinheiro para obras

A pesar da imensa quantidade de dólares desperdiçados e dos esforços do propagandista Duda Mendonça, a imagem de um Paulo Maluf democrático e preocupado com os "anseios" da população tem tudo para ruir. Afinal, ele não é nada disso. E está longe de priorizar uma das bases da democracia: o ensino público. A rede escolar, uma das maiores preocupações dos pais de alunos, está sendo minada.

O prefeito não pretende apenas retirar dinheiro das escolas para gastar em cimento e concreto nas suas grandes obras. Ele se contrapõe à gestão democrática na rede municipal. A seguir, os fatos.

GATO POR LEBRE. A liderança do PT na Câmara Municipal desvendou a nuvem de fumaça existente no remanejamento do orçamento enviado pelo prefeito. A proposta foi divulgada, no começo de maio, através da Folha de S. Paulo, como se fosse a garantia de mais investimentos nas áreas sociais - principalmente em educação -, pelo secretário de Planejamento, Marcos Cintra.

O truque malufista é simples: desconsiderar uma parte da inflação para aparentar um aumento na arrecadação. Na realidade, o Executivo pretende cortar 29,55% da Educação, 13,18% da Habitação e 16,27% da Promoção Social. Enquanto isto, a verba da Secretaria de Negócios Extraordinários engorda 26,52% e a das Vias Públicas, 16,53%.

CORTE DE IDÉIAS. O modo malufista de ensinar está resumido em um documento de nome pomposo, "Enfrentar o Desafio", assinado pelo secretário de Educação, Sólon Borges. Ele propõe a pré-profissionalização de alunos do 1º grau em funções hilariantes, se considerarmos o nível de especialização exigido no mercado de trabalho. Os cursos são: datilografia, artesanato e iniciação em serviços gerais de escritório. O vereador Maurício Faria (PT), presidente da Comissão de Educação, chama a atenção para o resultado desta proposta: "Além de ser inconstitucional, o espaço das escolas, os recursos humanos serão direcionados para formar jovens em atividades mal-remuneradas e provisórias, quando poderia haver investimento no ensino fundamental". Faria continua: "É a concepção de que o aluno da escola pública não precisa da qualificação do ensino".

A assessora do vereador Faria, a educadora Selma Rocha, destaca o desrespeito aos Conselhos de Escola criados para a participação de pais, alunos e professores. Com o conselho se definia o orçamento e a comunidade era responsável pelas prioridades da escola. "Hoje as escolas estão perdendo o direito de eleger o presidente do conselho, é uma prática absolutamente autoritária", disse a assessora.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES. No projeto malufista de ensino, o único modo do professor



subir na carreira é abandonar a sala de aula e virar diretor. Nos últimos quatro anos, a política adotada era valorizar o profissional com cursos de formação, debates e assessoria pedagógica. Um investimento além da melhoria salarial. Outra conquista foi a aprovação do Estatuto do Magistério, em 1989. "O Maluf não cumpriu nem o nosso estatuto, ele simplesmente ignorou a nossa data-base, em maio. Alega que professor tem que ter a mesma política salarial dos servidores", reclamou Suzana Mesquita Moreira, professora do 1º grau, 8 anos de profissão e 15 milhões de salário. Tudo indica que, para o prefeito, o professor tem a mesma função que papagaio: repetir. Até o final do ano passado, o profissional que optasse pela Jornada de Trabalho Intensiva - JTI (20 horas em sala de aula e 10 destinadas ao preparo de aula, correção de trabalhos e aprofundamento pedagógico) - ganhava o dobro do salário. A medida visava ampliar o tempo de dedicação do professor e a qua-

lidade de ensino. O jeito arranjado para acabar com estas melhorias, pela Secretaria de Educação, foi pagar mais por hora-aula. Isso força os professores, com salários arrochados, a optar por esta saída.

CORTE DE PROJETOS. A escola em que Suzana trabalha, na Vila Nova Cahoeirinha, que foi uma escola modelo na gestão de Luíza Erundina, serve de exemplo. Os projetos implantados, como a alfabetização apoiada na linha construtivista e o chamado "Projeto Não à Violência", que consiste em deixar a escola aberta durante o fim de semana para a comunidade usufruir, foram abandonados. O de AIDS (intenção de promover a integração dos pais e alunos e evitar a discriminação) e o de



TONI COIRIM. SOBIE FOTO DE PAULO GIANDALIA

Educação Sexual assumiram um caráter de segregação. Já o projeto de ensino de informática Terceiro Milênio, com seus quinze computadores, só funciona devido à cotização dos professores para a compra de papel.

Nem o lanche dos alunos está garantido, nesta escola. Nos primeiros meses de governo, a falta da merenda escolar foi de-

nunciada pelos jornais. Até hoje a situação não se normalizou. Basicamente, só há os lanches secos (como biscoito) e suco. Frango e salsicha, só duas vezes por mês.

ADULTOS SEM VEZ. O Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova) é o alvo preferido dos preconceitos da Secretaria de Educação. Em quatro anos, a Secretaria e entidades do movimento popular formaram mil salas e alfabetizaram 28 mil alunos. Baseado nos princípios da educação libertadora, o Mova alfabetiza a partir da realidade do aluno. As aulas noturnas são dadas por pessoas das entidades conveniadas e os professores recebiam acompanhamento pedagógico semanal dos supervisores populares. Atualmente, há cerca de 200 salas a menos.

Segundo um dos coordenadores, Francisco Assis Pereira, "o repasse de verbas está atrasado dois meses e as várias entidades não tiveram seu convênio renovado". Para Maria do Socorro, da Acesso (entidade conveniada ao Mova), "os supervisores dos Núcleos de Ação de Educação não têm o menor interesse em nada, só querem contar alunos. Não é possível o diálogo".

O problema é que o Mova é visto como um instrumento de doutrina política para conseguir filiações petistas. Isto consta em um dossiê feito pela Secretaria de Educação para ser enviado a imprensa. O texto chama ainda os alunos de estupradores e ex-presidiários.

MALUF JÁ FEZ. Esta tem sido a obra de Maluf. Em menos de seis meses, na área de educação, há destroços espalhados por todos os lados. Para fazer frente a esta situação dramática, várias entidades estão se reunindo no Fórum da Educação da Cidade de São Paulo. Este organismo articula entidades como a OAB, Associação dos Professores do Estado de São Paulo - Apeoesp - e o Sindicato dos Professores de Escolas Particulares - Sinpro. Como define Vera Vieira, professora da PUC - SP, "o Fórum é um embrião do Conselho Municipal da Educação, está previsto na Lei Orgânica do Município, mas ainda não foi regulamentado". O objetivo do conselho é aumentar a participação da sociedade civil junto ao Executivo.

ADÉLIA CHAGAS





O Partido dos Trabalhadores, 13 anos após a sua fundação, está mais do que consolidado. Ao contrário do que previam os grandes jornais, o partido saiu unido de seu 8º Encontro Nacional, realizado em Brasília nos dias 11, 12 e 13 de junho. Unido, é claro, sem que as diferenças tenham sido enterradas. Mais do que isto, porém, o partido saiu disposto a ganhar as eleições presidenciais do próximo ano.

“O PT, desta vez, não vai disputar apenas uma chance. Nós vamos chegar lá”, disse eufórico o seu presidente, Lula, no discurso de encerramento. “E não estamos dispostos apenas a ganhar, queremos imprimir as políticas que defendemos”, completou Lula, para

uma platéia que volta e meia o interrompia com *slogans* como “PT, PT, PT, trabalhadores no poder” e que, minutos depois, concluiu o encontro entoando “A Internacional”.

DINOSSAUROS DO PLANALTO. “A Internacional?” Sim senhor, o célebre hino dos revolucionários do mundo inteiro cantam desde a Comuna de Paris, em 1871. Os jornalistas que gostam de sacanear o PT podem dizer o que quiserem, até mesmo comparar o 8º Encontro com um “Parque de Dinossauros”, analogia maldosa com o filme de Spielberg. O fato é que a maioria dos líderes petistas saíram de Brasília convencidos de que o neoliberalismo está levando o mundo à breca.

Que fique claro: nem o PT não tem a pretensão de ser o Partido Bolchevique nem o Centro de Convenções Ulysses Guimarães é o Smolny, o teatro onde o partido de Lênin tomou a decisão de derrubar o governo de Kerensky. O que os petistas reivindicam é a identidade de um partido de esquerda, defensor de um “socialismo democrático e pluralista”, que não se confunda nem com o “socialismo real” de caserna, que vigorou no Leste Europeu, nem com a social-democracia que fez escola nos países escandinavos, na Alemanha ou na França.

Ruy Falcão, jornalista de Economia, deputado estadual por São Paulo e um dos principais líderes do “Hora da Verdade”, o grupo que deu o tom ao 8º Encontro, avalia que o PT

saiu desta contenda “revitalizado, com um rumo de esquerda mais nítido, vitorioso contra as tentativas externas que queriam nos domesticar”. Segundo Falcão, os que desejavam transformar o PT num partido da ordem “acham que ser moderno é não atacar os problemas de frente; creem que o socialismo é algo ultrapassado; e que ser radical é ser favorável à baderna”. Prosseguindo: “A grande imprensa inventou um falso dilema, ao dizer que o PT teria de escolher entre ser amplo ou ser radical. Ora, na situação em que se encontra o Brasil, para que possa ser amplo, o partido tem que ser radical nos seus objetivos e propostas”.

COSTURA. O fato é que o dilema referido por Ruy Falcão acabou contaminando o debate interno travado nos últimos quatro meses, em torno das alianças para as eleições gerais do ano que vem. Num extremo, a tendência Projeto para o Brasil (que, no encontro, assumiu a denominação “Democracia Radical”), do deputado José Genoíno (SP), dizia que o PT só vai chegar à Presidência da República se costurar alianças mais amplas, incluindo o PSDB. No outro extremo, a corrente “Na Luta PT” prioriza as alianças com os partidos de esquerda e, no máximo, com os setores democráticos e populares do PSDB e PDT. Prevaleceu durante o 8º Encontro a decisão de se buscar alianças amplas, inclusive com o PSDB, desde que subordinadas a um programa democrático e popu-

lar, de reformas estruturais profundas. “Alianças amplas, sim, mas não balcão de negócios”, reage o advogado e ex-vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh, integrante do “Na Luta PT”. Greenhalgh afirma que sua corrente jamais foi contra a aliança com o PSDB, “mas contra o método que estavam propondo para buscá-la, através de acordos de cúpula”.

No processo de preparação do 8º Encontro, foram apresentadas oito pré-teses, documentos de análise do momento político e de propostas para o eventual governo petista. Houve fusão dessas pré-teses, que resultaram nas seguintes quatro teses-guias apresentadas em Brasília: 1) Para Mudar o Brasil, apresentado pelo grupo

dos deputados José Genoíno e Eduardo Jorge; 2) Na Luta PT, da corrente que uniu “O Trabalho”, a “Tendência Marxista”, a “Força Socialista” e outros setores, encabeçada por Luiz Eduardo Greenhalgh; 3) Unidade na Luta, documento apresentado pelo setor da antiga “Articulação” que vinha dirigindo o partido, liderado pelo deputado José Dirceu; e 4) Uma Opção de Esquerda, uma frente da Hora da Verdade, “Democracia Socialista”, “Vertente Socialista”, “Fórum do Interior”, e o grupo liderado por Wladimir Palmeira.

Tendo obtido 187 votos (36%) contra 143 atribuídos à Unidade na Luta (30%) (ver *box*), a tese-guia Uma Opção de Esquerda foi a vencedora quanto à análise de conjuntura. No dia seguinte, o plenário considerou a mesma tese vencedora no que se refere ao “Projeto Estratégico Alternativo”. Tanto no primeiro quanto no segundo dia, a tese, que vai orientar a vida e a tomada de decisões do PT nos próximos dois anos, foi emendada pelo plenário e os defensores da tese vencedora aceitavam a maioria das emendas propostas pelos defensores da “Unidade na Luta” e do “Na Luta PT”.

O GOVERNO É AQUELO MESMO. Mas o que diz a tese vencedora? Com relação à conjuntura, que o governo Itamar vem praticando, no essencial, as mesmas políticas do ex-presidente Collor e que, por isso, o PT é oposição a esse governo. Que a oposição a este governo e a vitória em 1994 exigem a retomada da mobilização social. Que as prefeituras democráticas e populares (o PT dirige 54 em todo o país) são parte integrante da disputa pelos projetos nacionais. Como chegar, porém, ao Palácio do Planalto? Constituintes alianças sociais e partidárias, diz o documento. Inicialmente, com os partidos de esquerda, PCdoB, PSB, PPS, os quais devem ser conclamados a deixar o governo Itamar. As conversas neste sentido devem ser feitas também com o PCB, PST-U e o PV. Mas o esforço deve ser estendido também aos setores progressistas do PSDB e às bases do PDT. (Numa tirada bem-humorada, Lula disse que não quer mais brigar com Brizola, “que o velho e querido caudilho vai ter que conversar com o velho sapo barbudo”.)

Com relação ao projeto de governo, a tese-guia vencedora afirma que a crise política, econômica e social brasileira só terá solução com a vitória do campo democrático e popular e que a superação do modelo excludente exige uma “revolução democrática, que mude radicalmente as bases do poder”. Por isso, é preciso criar um movimento democrático e popular em favor das reformas, “um movimento baseado na retomada da mobilização sindical cutista, nas organizações populares e estudantis, nas entidades da sociedade civil, nos partidos populares, nas orga-

nizações de mulheres, negros e povos indígenas”.

A reforma agrária é ponto central desse programa, ao lado de outras, urbana, tributária. Para que o país se inserisse no cenário mundial de maneira soberana, diz a tese, seria preciso adotar um novo modelo de desenvolvimento estruturado num mercado consumidor de massas.

CHEGANDO DAQUI E DALI. O documento fala em democratização do Estado, que elimine as distorções herdadas da ditadura, como o monopólio dos meios de comunicação. Prega o controle externo do Judiciário, a democratização das Forças Armadas, o combate à ideologia da “segurança nacional”, a garantia dos direitos sindicais e a livre organização dos trabalhadores nas empresas. Revisão da Constituição de 1988? O PT é contra, porque o atual Congresso não tem legitimidade para fazer isso.

Para aplicar um programa desta natureza, é preciso, claro, “chegar lá”. E para chegar lá, afirma a tese-guia, o PT necessita de um núcleo dirigente comprometido com cinco compromissos básicos: 1) com o caráter socialista e revolucionário do PT, “um socialismo democrático, alternativo tanto ao ‘socialismo real’ quanto ao ‘socialismo real’”; 2) compromisso com “o valor estratégico da democracia, que para nós é meio e fim, método de transformação e ideal de organização política”; 3) “sentido revolucionário do programa democrático e popular (anticapitalista, antimonopolista, antilatifundiário e antimperialista)”; 4) “viabilidade de um partido de quadros e de massas”; 5) “renovação do contrato ético e democrático entre os militantes”.

Alguns desses compromissos começaram a ser praticados no próprio encontro de Brasília. As mulheres, por exemplo, garantiram o direito de, doravante, ocupar pelo menos 30% dos cargos de direção do partido. Ampliou-se também, e bastante, o número de dirigentes oriundos do campo. Como afirmou Ruy Falcão, a eleição da deputada líder sem-terra Luci Choinaski para o Diretório Nacional “é um sinal de maior valorização tanto das mulheres como do movimento camponês”.

A conferir as esperanças, nos próximos meses.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ, de Brasília

promova o debate, se reorganize os núcleos, os dirigentes viagem pelo país todo e, como o Lula anunciou lá também, se façam novas caravanas da solidariedade.

E do ponto de vista da campanha eleitoral, que consequências terá o 8º Encontro?

Em primeiro lugar haverá um reforço das atividades voltadas para o programa de governo. Foi aprovado que ele deve ser debatido com as bases do partido, com os sindicatos, com o movimento popular e que se realize um encontro partidário para aprovação deste programa. O próprio programa, além de ser um elemento de politização e de organização da campanha, é um momento de mobilização da sociedade e de preparação das bases para a governabilidade. Na medida em que deixamos claro quem são os nossos adversários, quais são os interesses que serão contrariados e, por outro lado, quem nós vamos beneficiar, isto vai preparando também uma política de alianças que não se expressa só nos partidos, se expressa na sociedade e tem um correspondente nos partidos. Então, o próximo período é isto: de transmissão das resoluções, de mobilização da campanha, de enfrentamento das revisões constitucionais e de constituição de uma política de alianças amplas que nos leve à vitória eleitoral ao governo, que não é só do PT.

Enfim, e PT aprende o que deste processo que viveu e culminou no 8º Encontro?

Aprende que é preciso manter a identidade do partido, que nós temos um compromisso com o socialismo, como o Lula expressou, que não há como os dirigentes se afastarem das bases, porque isto resulta em protesto e mudanças. E aprende também que é do processo de debate e de contradições de idéias que sai a vitalidade de qualquer entidade.

ENTREVISTA: LULA

DIVERGÊNCIA É DEMOCRACIA E NÃO GUERRA

Lula, como você avalia o 8º Encontro Nacional?

A minha avaliação é que foi um dos encontros de mais alto nível político de todos os que já realizamos. Eu acho que o PT deu uma lição, mostrando o quanto está preparado para o debate político. As divergências foram colocadas e explicitadas, e o mais importante é que elas foram dirimidas. A partir daí foi possível um documento que garante ao PT uma boa base para vencer as eleições e governar este país.

É correto dizer que os radicais ganharam o poder, Lula?

Não, não existe isto. Eu convivo com todos estes companheiros há 13 anos e acho que muitas vezes no Brasil se comete o equívoco de colocar as divergências como se elas fossem uma guerra interna. Veja, divergência é divergência, e ela é a porta da democracia. Só pode haver divergência quando há democracia. Eu acho que as divergências foram explicitadas. Dos companheiros eleitos para o novo Diretório Nacional, a maior parte já esteve no antigo; tenho certeza de que vão contribuir para o crescimento político do PT. Daí toda a minha tranquilidade em afirmar que o partido saiu realmente valorizado neste encontro

Há possibilidades de coligações com os partidos que estão apoiando o governo Itamar, como o PSDB?

O partido definiu que vai fazer alianças com outras forças; está aprovada a tese de que faremos alianças com o PPS, PCdoB, PSDB, PSB, mas é lógico que as alianças não dependem só do PT, também dependem dos aliados...

Mas agora, depois deste encontro, não fica mais difícil uma aliança com o PSDB?

Isso não depende apenas de nós, depende do PSDB. Me parece que, neste instante, quem não está disposto a fazer aliança conosco é o PSDB...

E o PT quer?

O PT decidiu aqui no seu encontro que está disposto a fazer aliança até com o PSDB. Daí a nossa tranquilidade. Agora, o que nós buscamos compreender é que fazer alianças significa muitas conversas, muita vontade, muita determinação, não apenas do PT mas também dos partidos com quem estamos querendo fazer alianças...

A verdade é que o sr. não queria assumir novamente a presidência do partido, mas acabou sendo reconduzido.

Como é que o sr. se sente e por que não queria assumir?

Eu não queria ser presidente do partido porque eu já sou presidente há dez anos; eu gostaria que outro companheiro assumisse. Agora, em função das disputas internas que houve, os companheiros acharam que seria melhor eu continuar na presidência por mais algum tempo. O problema é que eu não posso efetivamente me dedicar à presidência do partido, pois me dedico a andar por este país. Pretendo fazer mais três caravanas da cidadania, e isto vai tomar tempo; depois eu tenho viagens para o exterior; é por isto que eu não queria ser presidente do partido. Mas os companheiros do PT até me impuseram esta tarefa. Espero que daqui a um tempo a gente possa preparar um outro companheiro para assumir a presidência.

É correta a análise de que o PT, depois do encontro, foi mais para a esquerda?

Eu acredito que o PT foi para onde ele sempre esteve. Veja, Nós, a direção do partido, agimos de acordo com a conjuntura diária. Há companheiros que têm posições mais à esquerda, outros mais à direita, mas em outra votação muda-se o quadro. Eu não con-

signo dividir o PT entre esquerda e direita, eu consigo dividir o PT num conjunto de companheiros que querem construir um mesmo tipo de sociedade, de companheiros que querem conquistar o poder, querem organizar a sociedade brasileira, e que têm divergências momentâneas, que fazem parte da democracia.

O que o PT aprende neste encontro?

Eu acho que aprende uma coisa fantástica, que é o exercício da democracia em sua plenitude... Faz bem. A democracia é efetivamente uma coisa importante, porque a quantidade de reuniões e debates que estas pessoas fizeram, a quantidade de discursos... As vezes um debate pode até ser duro, mas se todos saíram daqui se abraçando é porque o nosso partido está preparado para a convivência no mais alto grau de democracia.

Muda alguma coisa, Lula, em sua estratégia de campanha? Você vai continuar buscando os empresários, os setores do pensamento liberal, os empresários?

Eu vou continuar conversando com todo mundo. Na próxima terça-feira, por exemplo, eu tenho um

debate com empresários do Rio Grande do Sul, da área do comércio, ou seja, a minha vida inteira foi fazer debate com todo e qualquer segmento da sociedade. Isto não muda nada e jamais o PT poderia mudar neste sentido.

ENTREVISTA CONCEDIDA A HAMILTON CARDOSO



NOVO DIRETÓRIO

(Nomes sujeitos a alteração)

CHAPA 1 - "SEM MEDO DE SER SOCIALISTA"

1. Moisés Augusto Gonçalves - BH/MG
2. Neusa Santos - Porto Alegre/RS
3. Amir da Silva Lima - Macaé/RJ

CHAPA 2 - ARTICULAÇÃO "UNIDADE NA LUTA"

1. Olívio Dutra - RS
2. José Dirceu - SP
3. Luiz Soares Dulci - MG
4. Alárcio Mercadante - SP
5. Antônio Carlos Pereira - MG
6. Gilberto Carvalho - SP
7. Tarso Genro - RS
8. Clara Ant - SP
9. Ideli Sarati - SC
10. José Wigneski - PR
11. Benedita da Silva - RJ
12. Pedro Calsco - DF
13. Rubens Ottoni - GO
14. Maria Aparecida - MG
15. José Ilário Marques - CE
16. Marco Aurélio Garcia - SP
17. Gilney Amorim - MT
18. José América Dias - SP
19. José Maria - BA
20. Francisco Racho - SP
21. Telmo de Souza - SP
22. Persau Abreu - SP
23. Salma Neves - AC
24. Beatriz Gomes - PE

CHAPA 3 - "NA LUTA PT"

1. Luiz Eduardo Greenhalgh - SP
2. Marcus Sakal - SP
3. Jorge Almeida - BA
4. Júlia Feitosa da Silva - AC
5. Ivan Valente - SP
6. Ariete Sampaio - DF
7. Bruno Maranhão - PE
8. Ronald Racho - MG
9. Serys Shesorenko - MT
10. Ina Meirelles - PE
11. Artur Scavone - SP
12. Gilsen Lyrio - MG
13. Gilberto Neves - MG
14. Renato Carvalho - PE
15. Eduardo Alves de Carvalho/Robson Pereira - MA

CHAPA 4 - "DEMOCRACIA RADICAL"

1. José Genóio - SP
2. Eduardo Jorge - SP
3. Augusta de Franco - SP
4. Oséias Duarte - SP
5. José Nobre Guimarães - CE
6. Marina da Silva - AC
7. Luiz Rodolpho Viveiros de Castro - RJ
8. Lígia Puppato - PR
9. Lúcia Carvalho - DF

CHAPA 5 - "UMA OPÇÃO DE ESQUERDA"

1. Ruy Falcão - SP
2. Tatou Godinho - SP
3. Hamilton Pereira - GO
4. Laura Mercandes - SP
5. João Machado - SP
6. César Benjamin - RJ
7. Lucy Choinoski - SC
8. Raul Font - RS
9. Renato Simões - SP
10. David Capistrano - SP
11. Emacnoel Apel - PR
12. Joaquim Soriano - SP
13. José Luiz Fervereiro - RJ
14. Sandra Starling - MG
15. Soraia Hipólito - SP
16. Valdívia Fernandes - BA
17. Inocência Gasparin - PA
18. Iria Charão - RS
19. Marlone Teixeira - SP
20. Djalma Bom - SP
21. Alberto Bastos [Beto] - RJ
22. Gabriel Santos Racho - MG
23. Ivar Pavan - RS
24. Geraldo Garcia - MS
25. Andréa - PE
26. Magno Pires - ES
27. Márcia Magalhães - PE
28. Flávia Kautzi - RS
29. Lígia Mendonça - PR
30. Neide Aparecida - SP/Wilson Santin - SC

NOVA EXECUTIVA

(Nomes sujeitos a alteração)

CHAPA "NA LUTA PT"

- Luiz Eduardo Greenhalgh
Marcus Sakal
Jorge Almeida
Júlia Feitosa

CHAPA "UMA OPÇÃO DE ESQUERDA"

- Ruy Falcão
Lucy Choinoski
Hamilton Pereira
José Luiz Fervereiro
Tatou Godinho
João Machado
Laura Mercandes

CHAPA ARTICULAÇÃO "UNIDADE NA LUTA"

- Gilberto Carvalho
Marco Aurélio Garcia
Telmo de Souza
Alárcio Mercadante
Benedita da Silva/Clara Ant

CHAPA "DEMOCRACIA RADICAL"

- Lúcia Carvalho
Augusta de Franco

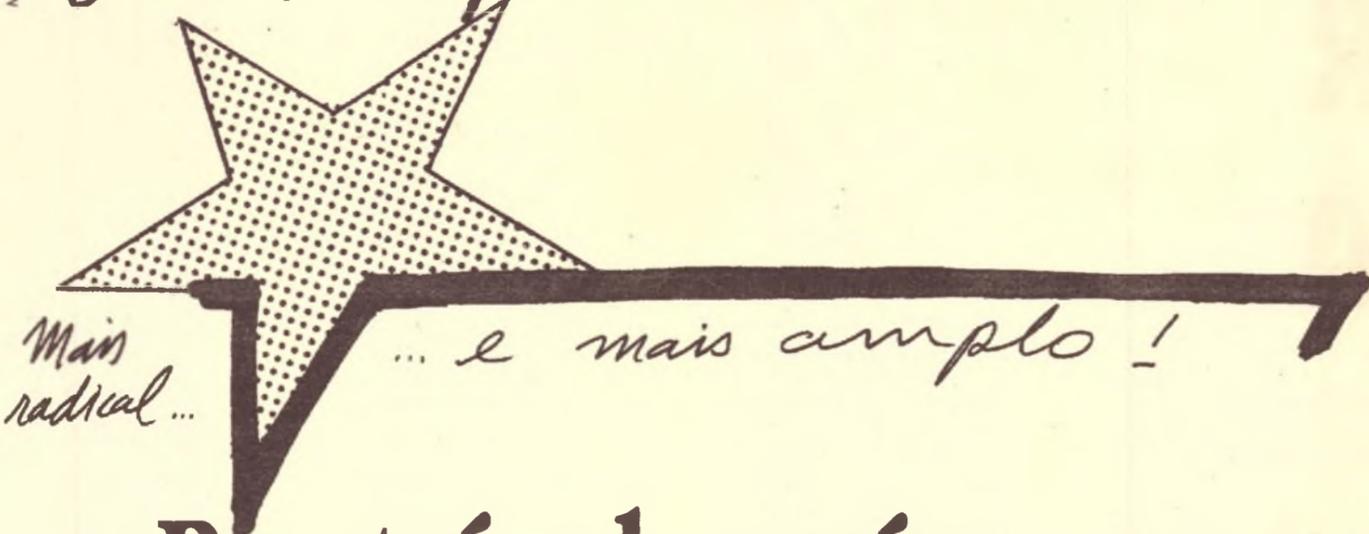
Obs.: Inclui ainda o presidente do partido, Lula; o líder na Câmara, Vladimir Palmeira; e o líder da Senada, Eduardo Suplicy.

8º ENCONTRO DO PT

ANÁLISE

MARINGONI

O PT depois do encontro:



Por trás dos números

As informações e a análise que a grande imprensa não trouxe

O PT saiu do 8º Encontro Nacional mais à esquerda. Os setores mais moderados ficaram numa clara minoria. A grande imprensa, que após o 1º Congresso do PT (em dezembro de 1991) tinha declarado derrotada a esquerda do partido, vitoriosos os moderados, e concluiu que o PT estava mais próximo da social-democracia, agora destaca a vitória dos "radicais". A julgar por esta grande imprensa, o resultado do 8º Encontro seria quase o oposto do do 1º Congresso, e teria havido um grande crescimento da esquerda e mais ainda da chamada "extrema-esquerda".

Mas a verdade não é tão simples assim. Pelo contrário.

NA LUTA PT. Começando por uma das coisas mais destacadas pela grande imprensa: teria havido agora um grande crescimento da "extrema-esquerda" agrupada no movimento "Na luta PT", que teve 19,1% dos votos dos delegados.

Ora, no 1º Congresso os setores que hoje formam o "Na luta PT" eram basicamente a "Tese 10" - que teve um pouco mais de 14%, e a corrente "O Trabalho", que teve pouco mais de 3,5%. Somados, tiveram pouco menos de 18% dos votos dos delegados. Ou seja, só cresceram agora pouco mais de 1%. Além disso, no 1º Congresso estava ainda no PT a Convergência Socialista, que teve pouco mais de 7%, e que chegou a participar da formação do movimento "Na luta PT". Ou seja, este movimento não chegou a recuperar o peso que era da Convergência. É certo que no 8º Encontro o "Na luta PT" teve muito mais influência do que tiveram no 1º Congresso os setores que agora o compõem, mas não porque tenham crescido.

O grande crescimento dos setores que integram o "Na luta PT" só existe quando comparamos os 15 membros do Diretório Nacional eleitos agora com os que encerram o seu mandato - 8. Mas estes foram eleitos em 1990, no 7º Encontro. O crescimento foi daí para o 1º Congresso, e não depois.

CHAPAS	VOTOS	%	DN*	EXECUTIVA*
1- SEM MEDO DE SER SOCIALISTA. (MOVIMENTO DOS INDEPENDENTES - NÃO APRESENTARAM TESE)	18	3,5%	3	-
2- ARTICULAÇÃO/UNIDADE NA LUTA	152	29,3%	24	5
3- NA LUTA PT (FORMADO POR O TRABALHO, FORÇA SOCIALISTA, TENDÊNCIA MARXISTA, BRASIL SOCIALISTA, COLETIVOS ESTADUAIS E INDEPENDENTES)	99	19,1%	15	4
4- DEMOCRACIA RADICAL	60	11,6%	9	2
5- UMA OPÇÃO DE ESQUERDA (ARTICULAÇÃO/HORA DA VERDADE, DEMOCRACIA SOCIALISTA, VERTENTE SOCIALISTA, FORUM DO INTERIOR, VLADIMIR PALMEIRA)	189	36,5%	30	7

* Número de membros eleitos

ESQUERDA. Tampouco é possível dizer que outros setores da esquerda do PT tiveram um grande crescimento.

O setor composto pela Democracia Socialista, a Vertente Socialista, o Fórum do Interior de São Paulo e outros coletivos, que participaram da chapa "Uma opção de esquerda", tiveram o apoio de cerca de 16,5% dos delegados. No 1º Congresso, com a tese da Democracia Socialista e a da Vertente Socialista - respectivamente pouco mais de 11% e pouco mais de 3% - somavam cerca de 14,5%. Só cresceram cerca de 2%.

O setor identificado com o deputado Vladimir Palmeira, também participante da chapa "Uma opção de esquerda", teve agora cerca de 2%, e no 1º Congresso tinha cerca de 1%. Cresceu 1%.

E os cerca de 3,5% que teve agora o "Movimento dos Independentes" - uma novidade deste encontro - de certa forma correspondem a parte do espaço antes ocupado pela Convergência Socialista.

MODERADOS. Por outro lado, o setor mais moderado, que agora lançou a chapa "Democracia Radical", teve 11,6%. No 1º Congresso apresentou a tese "Um projeto para o Brasil", que teve pouco mais de 12%. Caiu menos de 1%. Só teve uma queda maior se comparamos os 13 membros do Diretório Nacional eleitos em 1990 com os 9 de agora. A queda foi entre 1990 e o 1º Congresso.

Por outro lado, houve mudanças importantes neste setor. Agora incluiu um coletivo do Rio de Janeiro que antes participava da Articulação - o liderado por Milton Temer e Carlos Nelson Coutinho. Por outro lado, houve lideranças que o deixaram, como o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, que participou da chapa

Articulação-Unidade na Luta".

GRANDES MUDANÇAS. Onde estão então as grandes mudanças deste 8º Encontro?

Em primeiro lugar na antiga corrente majoritária do PT, a Articulação. Inicialmente, é interessante notar que os delegados que se reivindicam da sua herança tiveram um pequeno crescimento: em 1991 eram pouco mais de 46%, e agora pouco mais de 47%, divididos na chapa "Articulação-Unidade na Luta" (que teve 29,3%) e na "Articulação-Hora da Verdade", apoiada por pouco mais de 18% dos delegados e que participou da chapa "Uma opção de esquerda".

Esta divisão teve consequências. Já no 1º Congresso os setores que hoje integram a "Hora da Verdade" defenderam posições mais à esquerda; mas com a decisão de disputar posições no partido com identidade própria, isto foi reforçado.

Por outro lado, houve uma mudança muito significativa também nos setores da Articulação que compuseram a "Unidade na Luta". Chegaram a lançar duas teses - a "Construir a Unidade na Luta", e a "Política por uma nova hegemonia", a partir de Minas Gerais, esta com a Democracia Socialista e setores independentes.

Além disso, entre os que lançaram a tese "Construir a Unidade na Luta" há sensibilidades diferenciadas. Há setores favoráveis a maior proximidade com a chapa "Democracia Radical"; outros claramente inclinados a maior proximidade com a chapa "Uma opção de esquerda", e setores com uma posição intermediária. Mas a posição que prevaleceu no 8º Encontro foi a de, embora disputando com a "Uma opção de esquerda", ficar mais próximos desta chapa do que da "Democracia Radical". Por isso alguns setores só definiram a participação em uma ou outro setor durante os debates do próprio 8º Encontro, como a maioria da delegação do Pará, que optou pela "Hora da Verdade".

Assim, podemos dizer que também esta parte da Articulação caminhou mais para a esquerda.

JOÃO MACHADO

N.R. A suspensão da ex-prefeita de São Paulo e ex-ministra Luíza Erundina - punida no começo deste ano por desobedecer a orientação petista de não participar do governo Itamar - foi revogada pelo Encontro Nacional. A medida já havia sido tomada no dia 10, pelo Diretório Nacional do PT, mas foi recolocada em debate no encontro. A proposta aprovada em favor da volta de Luíza Erundina foi defendida por integrantes das chapas "Uma Opção de Esquerda", "Articulação/Unidade na Luta" e "Democracia Radical". Integrantes da chapa "Na Luta PT" defenderam a continuidade da suspensão.

ERUNDINA VOLTA AO PT. NÃO É A TOA QUE O SÍMBOLO DO PARTIDO É UMA ESTRELA!



Uma opção de esquerda

Uma radiografia política das decisões tomadas no encontro nacional

O sentido geral da resolução aprovada pelo 8º EN, a tese "Uma opção de esquerda", é aprofundar e radicalizar a estratégia da alternativa democrática e popular, construída pelo partido a partir do 5º EN e sistematizada como proposta para a sociedade pelo programa de Lula em 1989. O texto aprovado afirma que "a realização de reformas profundas na sociedade brasileira implica quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes. Este processo, pela sua radicalidade, é parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa". Destaca, também, o caráter antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário das reformas propostas pelo PT e a necessidade de as alianças serem feitas a partir do programa democrático e popular. A resolução é introduzida por um texto de caráter autocrítico sobre o rumo recente do partido e a necessidade da renovação de sua linha e coletivo dirigente.

UMA AMPLA MAIORIA. As oito pré-teses apresentadas no processo de discussão do 8º EN do PT foram afinadas no encontro para quatro: 1. "Democracia Radical" (fundamentalmente apoiada pelos integrantes do Projeto para o Brasil); 2. Articulação/"Unidade na luta" (que incorporou a maioria dos signatários da tese apresentada por Minas Gerais, "Política para uma nova hegemonia"); 3. "Na luta PT," e 4. "Uma opção de esquerda" (resultado da fusão de quatro teses, as da Articulação/"Hora da verdade", da "Democracia Socialista", da "Vertente Socialista" e a capitaneada por Vladimir Palmeira (ver os números do encontro na matéria ao lado).

A tese-guia, aprovada na votação realizada na sexta-feira à tarde, integrou, em seguida, grande parte das emendas apresentadas pelas teses "Unidade na luta" e do "Na luta PT", o que foi depois re-

ferendado pelo plenário do encontro. Entre elas, vale destacar:

- a "Carta de Brasília", apresentada pelo "Unidade na luta" e emendada em quatro pontos pelo "Na luta PT" (ver quadro);

- uma emenda do "Unidade na luta" sobre o movimento sindical, crítica a ausência do PT na formulação de orientações para os seus sindicalistas, enxerga no fenômeno um dos elementos da CUT e propõe a realização de um encontro sindical nacional de petistas para o segundo semestre deste ano;

- uma emenda do "Na luta PT" sobre a luta contra a realização da revisão constitucional pelo atual congresso;

- uma emenda do "Unidade na luta" desdobrando a política internacional do PT.

A comissão de sistematização composta por representantes das teses construiu também um acordo sobre a proposta de política econômica do PT, integrando com modificações os textos da tese-guia,

do "Unidade na luta" e do "Na luta PT".

ALIANÇAS. O tema que a imprensa mais destacou foi o debate sobre política de alianças, apesar de ter perdido impacto sobre a militância no último período, com a entrada de Fernando Henrique para o Ministério da Fazenda. A tese-guia afirma que "o PT deve propor às forças interessadas num governo democrático e popular uma política de alianças em torno do programa de governo, para se contrapor à movimentação das elites, que se dividem entre a candidatura Maluf e a chamada terceira via". Descreve depois o atual cenário político e caracteriza em detalhes o PDT e o PSDB. Com relação a este último, depois de descrever longamente, de forma crítica, sua trajetória e contradições, a resolução afirma: "No entanto, apesar de não integrar o campo democrático e popular, o PSDB abriga setores progressistas.

Por isso, o PT deve disputar o apoio da militância e do eleitorado tucano, a começar pelas cidades onde coligamos, polarizando o máximo de forças para uma aliança com este partido a partir de um programa democrático e popular".

Esta posição do texto-base, defendido por Vladimir Palmeira, foi aprovada contra duas outras. Uma foi a emenda de Augusto de Franco, ("Democracia Radical") que propunha suprimir todo o item sobre a caracterização do PSDB e substituí-lo por um texto de caráter mais geral. Outra, defendida por Rogério Correia ("Na luta PT"), que limita a relação com o PSDB à disputa de sua base e seu eleitorado propõe alianças apenas com os setores do PSDB.

GOVERNABILIDADE. As emendas apresentadas pela "Democracia radical" em sua maioria diziam respeito à questão da institucionalidade e da governabilidade. Foi aprovada em plenário uma emen-

da que menciona o papel do Congresso nos marcos de uma conjuntura em que a luta dos trabalhadores pelas reformas estruturais é o elemento central de um governo democrático e popular.

Mas foram rejeitadas duas outras emendas, uma propondo suprimir do texto-base a afirmação de que o PT fará gestões para que nossos aliados potenciais se afastem do governo Itamar e outra sobre a concepção do PT sobre a governabilidade. Esta propunha substituir um item intitulado "O ritmo de aplicação do programa democrático e popular será definido pela correlação de forças existente na sociedade, em particular pelo nível de mobilização e auto-organização popular", por outro que dizia que "vamos impor perdas seletivas - levando em conta que não podemos enfrentar todos os nossos adversários ao mesmo tempo".

OUTROS DEBATES. O "Na luta PT" apresentou uma emenda crítica às câmaras setoriais, tema ausente do texto-base, que foi rejeitada pelo plenário. Foram ainda rejeitadas emendas diversas propondo que o PT assumisse a antecipação das eleições presidenciais face ao desgaste do governo Itamar, que fosse alterada a sistemática de relação entre os processos nacionais e regionais de definição das alianças no partido e que criticavam qualquer relação do PT com a social-democracia.

De conjunto, pode-se dizer que existia um importante grau de unidade política entre a maioria das teses debatidas pelo plenário do encontro.

A pressão no sentido da mudança de rumos do partido, clara na maioria dos encontros estaduais, acabou se expressando não só no deslocamento das forças políticas no interior do PT e das pré-teses que apresentaram como também na existência de um amplo campo de formulações políticas, que pode se identificar com a resolução final aprovada a partir da incorporação das emendas à tese-guia.

JOSÉ CORRÊA



Carta de Brasília

Documento síntese do encontro aponta para a mobilização social

O 8º Encontro Nacional do PT se realiza em momento extremamente grave para a sociedade brasileira. O sentimento de frustração e desencanto contamina a população. Toda a esperança de resgate de dignidade de nosso povo, que emergiu no movimento pelo impeachment e cresceu com a queda de Collor, desapareceu do cotidiano da população.

A impunidade dos envolvidos no esquema PC-Collor, uma inflação mensal superior a 30% ao mês, o desemprego e a violentíssima concentração de renda em um contexto no qual o país não tem sequer uma política salarial mensal, não aprofundando a crise e ampliando a exclusão social.

O governo Itamar não reverteu o processo de privatização, permitiu que ocorresse processos escandalosos como no caso da CSN. Agora fala em ampliar e acelerar este processo terminal de privatização do Estado. O PT opõe-se ao Plano Nacional de Privatizações. Lutará pela revogação da Lei 8031, par-

ticipará ativamente da CPI das privatizações. Neste momento, procurará mobilizar-se amplamente contra a retomada do calendário dos leilões, a começar pela Ultrafértil.

As elites conspiram contra os direitos sociais da Constituição e tentam aprofundar o ajuste neoliberal na "revisão" constitucional, marcada para 5 de outubro.

O PT entende que existem condições históricas para promover um processo de transformação estrutural que enfrente a crise e supere a miséria e a desagregação social. Mas esta tarefa não será realizada por este governo. É preciso reverter o imobilismo que se espalha pelo país e atinge os movimentos sociais. É preciso revigorar as lutas sociais e mobilizar a sociedade civil e os trabalhadores para resgatarmos o significado do movimento pela ética na política e impedir a continuidade do arrocho de salário e processo inflacionário e o agravamento da crise econômica e social. Nesse sentido decidi-

mos:

1. A definição de uma política salarial de reajuste mensal é prioritária para o PT. Assim, através de todas as suas instâncias e organismos de base, o partido participará ativamente de todas as iniciativas, em especial da mobilização programada pela CUT para o dia 23 de junho em defesa da proposta de política salarial apresentada pela bancada do PT no Congresso Nacional.

2. O PT participará ativamente das mobilizações em defesa da reforma agrária que deverá culminar com os eventos marcados pela CUT, MST e CONTAG para o dia 25 de julho, dia nacional do trabalho rural. O PT reafirma o apoio às ocupações em curso. Exige o imediato assentamento dos sem-terra e a apuração e punição dos responsáveis pelos assassinatos no campo. O PT apóia a luta para barrar a violência contra os trabalhadores.

3. O PT desencadeará uma ampla campanha nacional contra a revi-

são constitucional marcada para 5 de outubro, denunciando as iniciativas e propostas dos partidos de direita e do empresariado que pretendem revogar direitos sociais, sindicais e aprofundar o ajuste neoliberal. A Executiva Nacional, conjuntamente com a bancada federal e as entidades democráticas da sociedade civil, movimento sindical e popular, deverá elaborar propostas e iniciativas que representem os interesses dos trabalhadores e aprofundem o processo de democratização da sociedade. A revisão só faria sentido com um Congresso expressamente eleito para esse fim.

4. A secretaria de assuntos institucionais deve elaborar de forma coordenada com as administrações petistas iniciativas conjuntas na perspectiva desta política que permitam projetar o modo petista de governar e impulsionar a disputa política na sociedade.

5. Para o PT o combate à corrupção é uma questão de princípio,

sendo portanto uma tarefa prioritária e permanente e, em conjunto com as entidades que integraram o movimento pela ética na política, buscará todos os meios disponíveis para que cada um dos envolvidos em corrupção seja exemplar e efetivamente punido. O PT deve retomar a mobilização do povo pela punição-já de todos os envolvidos no esquema PC-Collor.

6. O PT, com base na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, deve atuar em todos os níveis visando implementar medidas que viabilizem o combate à fome, tanto em nível imediato quanto estrutural.

Assim, o PT considera que os objetivos dessas lutas consubstanciam a conquista da cidadania para milhões de excluídos, o resgate da solidariedade e da ética como valor na sociedade e permitem a propagação de alternativas para a produção e a distribuição de riqueza e renda no país.

Brasília, 12 de junho de 1993.

Falam possíveis aliados

Dirigentes e parlamentares de quatro partidos falam sobre as resoluções do encontro dos petistas

VALÉRIO ARCARY

Dirigente nacional do movimento pelo PSTU

É positivo que o encontro tenha levado a uma inflexão à esquerda. Mas os agrupamentos que conquistaram esta maioria perderam uma oportunidade histórica que talvez não se repita tão cedo.

Primeiro, no que diz respeito à direção. O bloco de forças formado em torno do "Hora da Verdade" e da "DS" optou por uma solução de compromisso, e não quis impor uma derrota ao núcleo dirigente do qual participa Lula. Teria sido possível alcançar este resultado, com uma aliança com o "Na Luta PT".

Segundo, porque a política de alianças votada envolve um grande grau de hipocrisia. Apresentar um programa de reformas estruturais, como fez o encontro, é incompatível com o PSDB, que é governo e está fazendo o choque neoliberal.

Por fim, a maioria do 8º Encontro poderia ter insistido numa resolução que apontasse de maneira não-ambígua as forças em que se apoiará o possível governo Lula.

Segundo nosso ponto de vista, ele será inevitavelmente um governo de conflito com a institucionalidade e com o Congresso Nacional, e por isso só poderá apoiar-se no movimento autônomo dos trabalhadores.

Saudamos o 8º Encontro, mas tememos que as forças à esquerda tenham obtido uma vitória de Pirro, que lhes escorra pelas mãos no futuro. Quem conquista a maioria não pode ter piedade do adversário.



Valério Arcary

ALDO REBELO

Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados

Considero as resoluções aprovadas, e a nova direção que se constituiu, um forte avanço. No plano ideológico, porque o encontro demarcou posição como uma corrente de tendência abertamente social-democrata, que procurava ampliar seu espaço e sofreu revés. No ponto de vista dos símbolos, é sempre uma alegria, nesses tempos difíceis, saber de um encontro que termina com os delegados cantando a "Internacional".

A inclinação à esquerda amplia as possibilidades de ação comum com o PCdoB. Na sucessão presidencial, o fato da resolução incluir nosso partido e o PSB como aliados preferenciais é um ótimo começo. Creio, no entanto, que é possível buscar coligações ainda mais amplas.

Ficaram maiores também as chances de atuar lado a lado com



Aldo Rebelo

o PT no enfrentamento das privatizações, em defesa de uma nova política salarial e contra os atentados à democracia que as elites planejam consumir durante a revisão constitucional.

Destaco em particular, a este respeito, a decisão muito positiva sobre os próprios trabalhos de reforma da nova Carta. Ao definir-se contra o tipo de mudança pretendido pelas classes dominantes, o PT ajuda a impedir uma reforma feita por um Congresso ilegítimo, e que tenderia a impor grandes derrotas ao povo.

ALFREDO SIRKIS

Presidente nacional do PV e secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro

A resolução que busca a unidade das forças de esquerda na sucessão de Itamar, e inclui nosso partido entre elas, é muito positiva. Fico satisfeito, inclusive porque não tinha identificado esta mesma abertura nas declarações anteriores de Lula e José Dirceu.



Alfredo Sirkis

Temia que morrêssemos na praia, e que prevalecessem entre os petistas as formas menos abertas à unidade das correntes populares. Seria muito ruim tanto para o PT quanto para o país. Difícilmente Lula poderá vencer sozinho as eleições.

Apóio também a proposta de rejeitar uma revisão constitucional feita por este Congresso. A tendência seria a queda das principais conquistas populares obtidas na Constituinte de 1988. Além disso, o atual Legislativo não está amandado pra reformar a Carta, ainda mais através de mecanismos que sequer exigem maioria simples.

Penso que o programa de um possível candidato das forças populares unidas para 1994 deve incluir uma plataforma ecológica mais robusta que a de Lula em 1989. Ela precisa tratar tanto dos temas mais tradicionais, como a defesa da Amazônia e do Pantanal, quanto dos pontos relativos à ecologia urbana, que para nosso partido são cada vez mais prioritários.

ULDURICO PINTO

Deputado federal pelo PSB-BA

Estive presente à plenária de abertura e sei que, ao contrário do que procurou destacar a imprensa, o encontro revela a força interna do PT. A existência de polêmicas indica a vitalidade de um partido. Só não tem debate interno, só não tem divergências a agremiação que já morreu.

A resolução sobre política de alianças é muito positiva. As forças que se uniram na Frente Brasil Popular tendem novamente a caminhar juntas. Primeiro, porque estão unidas por princípios políticos e ideológicos. Segundo, porque nem PSB nem PCdoB lançaram candidatos, e por isso a aliança torna-se ainda mais viável. Embora ainda não tenha debatido o tema, tenho certeza de que nosso partido verá com muito carinho o convite para uma eventual coligação.

Concordo com todos os itens propostos para um programa econômico mínimo. A reforma agrária, a defesa das estatais e a recomposição do poder de compra dos salários têm que constar da plataforma do candidato da esquerda. A suspensão do pagamento da dívida também, embora seja necessário adotá-la com respaldo de ampla mobilização.

Discordo pessoalmente, porém, da idéia de adiar a revisão constitucional. Acho que a reforma deveria coincidir precisamente com a campanha sucessória de 1994. A experiência demonstra que nos períodos eleitorais o povo mobiliza-se com muito mais facilidade para exigir que os parlamentares defendam os direitos da maioria.

O QUE ELES DIZEM DO ENCONTRO

BENEDITA DA SILVA

Deputada federal/RJ

Este foi um encontro que nos levou não apenas à reflexão, mas demonstrou que existe uma nova hegemonia na direção partidária. Os desafios que estão colocados, particularmente para os integrantes dessa nova hegemonia, é fazer com que o Partido dos Trabalhadores amplie a sua inserção de massa, que garanta a participação efetiva da sociedade em seu projeto, que dispute a sucessão presidencial para ganhar e governar e que busque as alianças, não com estreiteza, mas no reconhecimento de que existem outras forças políticas que precisam estar conosco neste processo.

JOSÉ DIRCEU

Deputado federal/SP

O encontro refletiu a vontade da base partidária em renovar a direção

do PT. E fez uma opção por priorizar o trabalho de organização e no movimento popular. Novas lideranças vieram para a direção, como Rui Falcão, Luci Choinaski, Gilberto Carvalho e José Luiz Fevereiro, e isso é muito bom. Do ponto de vista das resoluções políticas, não predominou uma política de alianças restritiva e as diretrizes do governo Lula, que foram aprovadas, com várias emendas, também tiveram um caráter positivo.

JOSÉ GENOÍNO

Deputado federal/SP

O encontro foi importante porque promoveu um debate extremamente duro, acalorado, democrático.

Eu discordo e fui derrotado nas posições centrais da tese guia, no que diz respeito à política de alianças e às diretrizes de governo do programa do Lula, mas acho que as resoluções estão referendadas pela maioria do partido. A luta interna no partido continua, nós vamos expor melhor as nossas opiniões, nossas divergências e vamos aguardar o encontro extraordinário do partido no começo de 1994, que vai deliberar sobre o programa de governo e como ajustá-lo, para ver como as coisas se darão. Mas acho que este encontro representou um momento importante porque, para o PT, gerou um clima de disputa, mas num clima fraternal. As divergências continuam existindo no partido, mas isto faz parte do caráter plural e democrático do PT.

WILSON SANTIN

Deputado estadual/SC

A partir de agora, o PT terá outra dinâmica e novo método de ação. As direções estarão mais próximas da base e o partido reinserido nos movimentos sociais e sindicais, permitindo à militância participar da elaboração das políticas partidárias. O 8º Encontro Nacional foi estratégico, reafirmou tudo o que o PT já fez e assimilou as críticas sem abrir mão da transformações profundas da sociedade. Lula lembrou que o partido precisa retornar à militância cotidiana. Foi o melhor encontro que o PT já realizou, positivo em todos os aspectos, especialmente a mudança de rumos, da direção.

MARIA LAURA PINHEIRO

Deputada federal/DF

O encontro ajudou a compreender que as bandeiras históricas do PT só podem ser postas em prática com mobilização dos aliados "de baixo".

Espero que quem teve as teses derrotadas ponha em prática a vitoriosa. Na verdade, as teses da maioria nas bases foram vencedoras, indicando a retomada da intervenção direta no movimento e a oposição sem vacilos ao governo Itamar.

Ao serem reafirmadas, se contrapõem e fazem um balanço do último período em que tivemos uma ação mais institucional.

RAUL PONT

Vice-prefeito de Porto Alegre

O 8º Encontro Nacional rompeu com o oficialismo que existia em torno de uma tendência, a Articulação. Por dentro e por fora vigorava a idéia de que ela era oficial no PT e reconhecia as outras como um ato de benevolência. As outras não tinham a mesma legitimidade. A aliança que fizemos, o Hora da Verdade, a Democracia Socialista e outras tendências de São Paulo e Minas, colocou uma pá de cal sobre esta visão, e todas as correntes passam a ser vistas como legítimas, forças que contribuíram e contribuem na construção do partido. Isto é positivo, inclusive para a Articulação, porque rompe preconceitos e sectarismos e estabelece um novo patamar para as relações entre as correntes que integram o PT.

FRANCISCO WEFFORT

Professor do Depto de Ciências Políticas da USP

Como o PT pretende tirar o Brasil da crise? Esta é a pergunta que não foi respondida pelo 8º Encontro Nacional. Prevaleceu, não a esquerda, mas uma concepção anterior a 1989, quando o PT emergiu como uma opção real para o poder. Os discursos dos diversos dirigentes, enfatizados nos movimentos sociais, têm mais a ótica de quem não chegará ao Estado e, portanto, se coloca à margem do processo político. Espero que até 1994 esta perspectiva se corrija.

CRISTÓVAM BUARQUE

Depto Economia, UNB

A estratégia do PT é fazer a ponte entre os trabalhadores organizados e as massas excluídas, e não a convivência com as elites conservadoras. Uma linha do partido tinha esta opção e o movimento que surgiu à esquerda serviu para mostrar qual deve ser a nossa estratégia. O 8º Encontro mostrou duas coisas: 1) foi uma manifestação de um partido que sabe o que é democracia: democracia é debater, enfrentar companheiros e aceitar decisões; 2) o partido assumiu que a sua responsabilidade não é apenas administrar o país, mas fazer mudanças nos objetivos, nas prioridades de sua sociedade e, para tanto, reformas na estrutura da sua economia. O PT sai mais forte internamente e mais respeitado externamente.

GOFREDO DA SILVA TELES JR.

Jurista

A reintegração da dona Erundina, que é uma grande lutadora, de primeira linha no partido, me deu grande alegria. Também a recondução de Lula à presidência do PT me contentou demais. Afinal, o Partido dos Trabalhadores é o que mais se aproxima das minhas idéias. Em relação aos debates que ocorreram, eu os acompanhei pela imprensa e acho que são naturais em um partido democrático, onde as tendências têm opiniões bem definidas.

EMPRESÁRIOS, JORNAIS, TVs... NINGUÉM ELOGIOU RESULTADO DO ENCONTRO DO PT. OBA! ACERTAMOS!



Resultados são positivos

Em plena crise, o setor automotivo gera mais empregos, salários e impostos.

As representações dos trabalhadores, governo e empresários renovaram em fevereiro o acordo do setor automotivo, com validade de dois anos, envolvendo uma nova redução de preços, impostos, margens de lucro e metas para o crescimento da produção, do emprego e dos salários. Essa iniciativa é uma demonstração contundente do esforço e da determinação dos trabalhadores de encontrar saídas para a crise em bases democráticas jamais vistas na história do sindicalismo brasileiro.



Acordos aumentam a produção

Após um ano e meio dessa experiência, a produção do setor atingiu níveis recordes. Nos primeiros cinco meses, a produção do setor foi aproximadamente 40% superior ao mesmo período do ano precedente. Os salários estão sendo corrigidos mensalmente pelo índice integral da inflação e ainda deverão fechar o período, que se estende do primeiro ao segundo acordo, com um aumento real da ordem de 28%. Além disso, os sindicatos conseguiram estancar o longo período de demissões que teve início na primeira crise dos anos oitenta e fixar metas para a criação de mais de noventa mil postos de trabalho até o final de 1995, considerando-se toda a cadeia produtiva (montadoras e autopeças) de comercialização e serviços.

A recuperação dos níveis de produção no setor automotivo tem gerado efeitos positivos nos níveis de produção das indústrias de fundição, siderurgia, plásticos, componentes eletrônicos, importantes para a estrutura

industrial brasileira e também representativos na composição do mercado de trabalho.

CRÍTICAS INFUNDADAS. Apesar do evidente salto de qualidade da intervenção sindical ao longo desse período e das reais conquistas e contribuições que esse acordo representa para o conjunto do movimento sindical e para a sociedade, esse processo tem sido alvo de críticas infundadas. A mais persistente, sem sombra de dúvidas, diz respeito à redução de impostos. O argumento mais comum é que os sindicatos assumiram uma postura corporativa ao concordarem com uma redução de impostos pagos pelo conjunto da sociedade em benefício somente de sua categoria. Isso, entretanto, merece algumas considerações.

Em primeiro lugar, a estrutura tributária penaliza não só os trabalhadores. Também pelo lado empresarial, ela se concentra em poucos setores industriais. Somente os automóveis (sem considerar o conjunto do

setor) representavam 13% da arrecadação total do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) no final de 1991.

Em segundo lugar, uma redução da carga tributária no setor não representa necessariamente uma redução da arrecadação no setor. O volume de impostos arrecadados depende do volume de vendas de determinado produto.

Em terceiro lugar, a forma de concessão dos impostos que resultou no acordo não representava a proposição inicial dos sindicatos, que era remanejar a incidência dos impostos de acordo com as características dos veículos. Os veículos de luxo pagariam mais impostos e os populares menos, e as reduções estariam condicionadas a preços decrescentes. O objetivo dessa proposta era utilizar os tributos como instrumentos da expansão da produção de veículos populares associada a uma política de preços.

MAIS IMPOSTOS. De toda forma, os sindicatos conseguiram

fixar o compromisso da manutenção da arrecadação dos impostos com base nas metas de produção acordadas. Portanto, a aceitação da redução da carga tributária no setor estava condicionada a prognósticos sindicais de condições favoráveis à expansão da produção que se confirmaram após esse ano e meio. Dados recentemente divulgados pela Receita Federal comprovam não só a manutenção da arrecadação do IPI no setor, mas um crescimento nos primeiros quatro meses do ano em relação ao mesmo período de 1991 e 1992. A participação da arrecadação dos automóveis no IPI total salta de 8,42% em 1991 para 8,6% em 1992, e para 9,3% em 1993.

Portanto, as iniciativas sindicais na câmara setorial e o fruto dos acordos não contribuíram para o agravamento das contas públicas, como tem sido colocado nos meios de comunicação. Contribuíram sim para elevar a arrecadação fiscal de um Estado literalmente falido.

Entretanto, essa iniciativa no campo tributário não resolve a crise fiscal do Estado e não deveria pautar uma intervenção ampla do movimento sindical no debate sobre a reforma fiscal desejada pelos trabalhadores. Contudo, essa questão não era objeto das negociações e nem representou para os sindicatos envolvidos a melhor opção de enfrentamento de uma excessiva carga tributária sobre um setor específico da indústria.

CARLOS A. GONÇALVES JR.

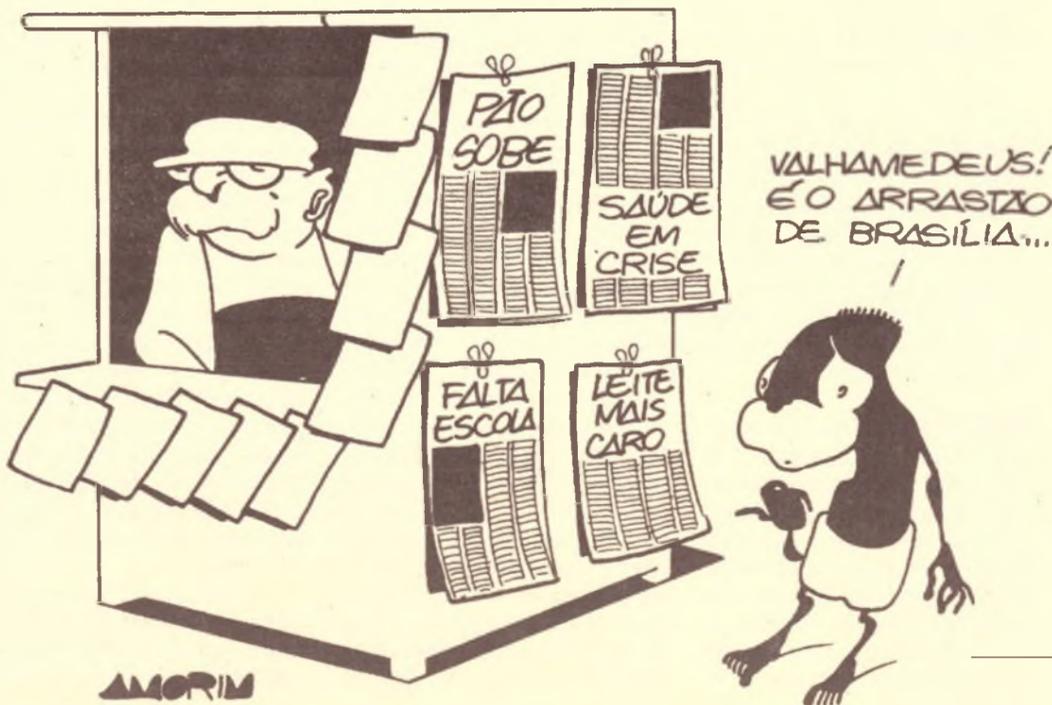
Técnico da área de economia brasileira do Dep. de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP) da CUT Nacional

MENOS GREVE. Outro estudo importante foi divulgado pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT, o DESEP. Segundo ele, caiu em 28% o número de greves no Brasil no ano de 1992 em relação a 1991. Foram 789 greves contra 568. Em 1991, entraram em greve 9.291.393 trabalhadores; em 1992 foram apenas 2.923.472. Uma queda de 68,5%. A recessão não poderia levar a dados diferentes. Num quadro como esse que o país atravessa, não basta ser "combativo" para comandar um sindicato e satisfazer seus representados; são necessárias muitas outras qualidades.

PAROU A PREFEITURA. Os trabalhadores da prefeitura de São José dos Campos, em São Paulo, não tiveram dúvidas em cruzar os braços por quatro dias, exigindo maiores salários. A prefeita Ângela Guadagnin, do PT, conseguiu um acordo com o sindicato que representava seus 8 mil funcionários, oferecendo reajustes escalonados de 63 a 80%. Quem acompanhou de perto o movimento garante que o processo não foi fácil para nenhum dos lados.

MEDIDAS MORALIZADORAS. Recebemos os últimos números do boletim *Sem Censura*, do Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo e Coronel Fabriciano, em Minas Gerais. É um boletim semanal, com tiragem de 7 mil exemplares, que deixa no chinelo muitos de São Paulo. A matéria que mais chamou minha atenção foi o editorial de 6 de maio passado. Ele informa a respeito de medidas "moralizadoras" na entidade, decorrentes de crise financeira. Entre as medidas: suspensão do pagamento de ajuda de custos aos diretores, restrições para o uso de veículos do sindicato e suspensão do funcionamento da gráfica da entidade - pois foi considerado que sairia mais barato imprimir os boletins com terceiros que manter o aparato. Não sei qual tendência da CUT dirige o sindicato, nem conheço as razões da crise financeira. Mas, de longe, parece que as medidas estão botando o dedo na ferida.

Qual é o jornal que está ao seu lado?



Brasil Agora é um jornal que trata a notícia pelo ponto de vista da classe trabalhadora. É um jornal crítico, que não esconde sua posição. Assinando **Brasil Agora** você estará ajudando a fortalecer um tipo de imprensa que não faz coro com os interesses do neoliberalismo.

Assine já.

LIGUE GRÁTIS

0800-11.1300

OS MORTOS DO PANAMÁ

O Panamá tem há muito um cotidiano de violência e desrespeito aos direitos humanos. Durante 21 anos, a partir de 1968, esteve sob uma ditadura militar, sendo que, a partir de 1983, assumiu o poder Manuel Antonio Noriega. Mesmo antes de 1968, uma oligarquia corrupta dominava o país, incluindo em seus métodos de ação a fraude eleitoral.

A ditadura foi agravada com a posse de Noriega, quando o poder político, o narcotráfico, a lavagem do dinheiro e o tráfico de armas dominaram por completo. Esse quadro possibilitou a invasão dos Estados Unidos, ocorrida há três anos e meio, em 20 de dezembro de 1989, quando Noriega e seu grupo se negaram a entregar o governo ao presidente Endara, eleito em 17 de maio do mesmo ano.

Mas o quadro social, econômico e político do Panamá só se agravou depois disso, como diz Isabel Corro, presidente da Associação das Vítimas dos Caídos em 20 de Dezembro: "A necessidade de criar essa organização deve-se ao desrespeito muito grande aos direitos dos panamenhos com a invasão e com os mortos dessa invasão".

A invasão teve muitos mortos, que a imprensa divulgou mal e esqueceu em seguida. O povo panameño ficou desorientado e a associação denuncia "a cumplicidade do governo do Panamá com a invasão dos americanos". Segundo Isabel, "o nosso governo não assiste às famílias desses mortos". E completa: "Eles nos tratam como loucos".

Há denúncias e ameaças contra os familiares dos mortos. "Não podemos fazer nossas marchas, saudar nossos mortos a cada 20 de dezembro", diz Isabel Corro. Muitos já perderam seus empregos e a própria Isabel vive recebendo ameaças e mudando de endereço.

O movimento conta com 300 famílias, "que ainda encontram forças para reclamar justiça". A seguir, diz Isabel: "Apesar de tudo, mantemos nossa luta para evitar que esqueçam o que aconteceu naquele dia. Nossos familiares foram colocados em valas comuns. Foram colocados em sacolas de plásticos e jogados no lixo. Nós abrimos quatro dessas valas, e só em uma delas havia 123 corpos. Ainda faltam dez valas. Queremos abrir mais valas, mas não temos recursos. Encontrei meu pai, numa das valas abertas. Estava com o peito e o abdômen abertos, completamente destruídos, enfiado numa sacola plástica, de cueca e camiseta. O governo Endara não reclama nada junto aos EUA, porque eles negociaram a invasão. Foram quatro mil mortos, em todo o país. Só gente do povo. Não morreram burgueses nem ricos".

O racismo que mata

Assassinatos provocam reação e repúdio em todo o país



O enterro de uma das vítimas da casa incendiada em Solingen

Uma semana depois do assassinato de cinco turcos em Solingen, uma cidade na região industrial do Ruhr, a polícia alemã consegue capturar quatro jovens (entre 16 e 23 anos) que confessam ter cometido o crime. O motivo é desconcertante: bêbados, eles tentaram "penetrar" em uma festa e foram escorraçados por estrangeiros, que eles tomaram por turcos; como vingança, incendiaram a casa da família Genç.

A reação da população é, em geral, de tristeza e preocupação. Desde o atentado, vêm ocorrendo por todo o país manifestações de repúdio ao crime e solidariedade com as vítimas. Por vezes há também sérios conflitos, envolvendo jovens alemães dos chamados grupos autônomos e a polícia, ou então jovens turcos e grupos de direita e de esquerda. Autoridades, políticos e jornalistas repudiam o crime e apelam para que a convivência entre turcos e alemães continue pacífica. Mas a série de covardes atentados continua. Em Hattingen, na mesma região do Ruhr, uma família turca escapou na noite de sexta-feira, por um triz, de tragédia semelhante. Em Constança, no sul da Alemanha, um restaurante turco foi destruído na mesma madrugada pelas chamas de um incêndio criminoso.

RECESSÃO AJUDA. A conjuntura sócio-econômica da Alemanha é difícil. A coalizão conservadora-liberal tem dificuldades enormes para administrar o processo de reunificação do país em um cenário de recessão mundial. Na semana que antecedeu o atentado em Solingen, foram tomadas deci-

sões em vários níveis institucionais sobre assuntos de enorme alcance. O governo anunciou um novo programa de contenção de despesas que atinge, mais uma vez, sobretudo as camadas menos dotadas: medidas contra o desemprego e auxílio-natalidade, por exemplo, vão ser reduzidas sensivelmente. O Parlamento Alemão decidiu alterar o artigo da constituição que garantia o direito de asilo político.

Os partidos conservadores, ditos críticos, são os membros mais fortes da coalizão governista. Sua participação no debate sobre a modificação do processo de asilo político foi pautada por declarações raiosas, de duplo sentido, até mesmo xenófobas. A preocupação destes partidos parece ser a fração de extrema-direita do eleitorado, que eles não querem perder para partidos dissidentes, como os chamados "Republicanos", ou neonazistas. Com raras exceções, eles vêm assim contribuindo para exacerbar os ânimos contra os estrangeiros de modo geral. O chefe de governo e presidente da CDU, Helmut Kohl, recusou-se mesmo a participar da cerimônia religiosa em memória da família Genç. Do lado da oposição, temos o partido social-democrata, SPD, atravessando uma grave crise interna. Björn Engholm havia iniciado um processo de renovação partidária, expresso por exemplo nos debates pela modificação da constituição (direito a asilo, participação em missões de paz da ONU). Com a sua renúncia, o partido está paralisado na busca de uma nova liderança e ficou, em questões vitais, à deriva. Na defesa dos velhos ideais, deve-se aqui destacar um blo-

co de deputados da parte oriental do país. O Partido dos Verdes, recém-saído do processo de fusão com a Aliança 90, um partido dos movimentos populares da parte oriental, e o Partido Socialista Democrático são os únicos que procuram de forma programática combater o racismo e o fascismo, lutando pela integração dos estrangeiros. Falta-lhes, porém, penetração nas massas e peso no cenário político. Por fim, a classe política alemã está, como em vários outros países ocidentais, sofrendo uma forte perda de credibilidade.

E OS SINDICATOS? Os sindicatos têm na atual conjuntura um papel delicado. Aproveitando-se do desemprego crescente, os empregadores tentam desmontar as conquistas do movimento de trabalhadores, como ficou patente por ocasião da greve dos metalúrgicos na parte oriental, há poucas semanas. Contudo, a contribuição dos sindicatos para a solução de problemas cruciais como o desemprego e a não-integração dos colegas estrangeiros é, no mínimo, tímida. Somente agora se nota uma movimentação mais efetiva, falando-se mesmo de greves de advertência em solidariedade às vítimas dos atentados recentes. Não se pode negar, porém, que os sindicatos atravessam uma crise de credibilidade, acentuada por escândalos como o mais recente, quando Franz Steinkühler teve de deixar a direção do sindicato dos metalúrgicos em decorrência de negócios com ações.

O que fazer? As raízes do ódio são profundas, é preciso atuar em vários níveis e ter perseverança. Mas deve-se come-

çar já. O processo de naturalização deve ser facilitado, possibilitando-se mesmo a dupla nacionalidade. A cidadania por nascimento no país deve ser assegurada aos filhos de residentes. A discriminação jurídica de estrangeiros, patente na discussão em torno do ressarcimento de danos por eles sofridos ou no fechamento de contratos com seguradoras, deve ser eliminada. As autoridades policiais e judiciárias devem perseguir com firmeza quaisquer ocorrências com natureza xenófoba. Declarações racistas devem ser rebatidas com veemência, partam elas de políticos, jornalistas ou de colegas de trabalho. A contribuição sócio-econômica dos estrangeiros deve ser ainda mais destacada, tanto em nível municipal quanto federal. Trata-se assim de, por um lado, valorizar o ser humano, mesmo que "estrangeiro", e por outro fazer cessar a hipócrita atribuição de todos os males do país aos "estrangeiros". Deve-se sim, e este é o papel da oposição, apresentar propostas concretas de governabilidade do país.

PEDRO DOLABELLA PORTELLA,
de Berlim



PM e grupos de extermínio executam menores

Duas crianças ou adolescentes são assassinados por dia em São Paulo. A maioria trabalha e não tem envolvimento com drogas.

Os assassinatos de crianças e adolescentes em São Paulo são praticados, em sua quase totalidade, por policiais militares, ex-PMs, grupos de extermínio pagos por comerciantes ou resulta de brigas de quadrilhas.

A conclusão é da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção São Paulo, e é apresentada no livro *Execuções sumárias de menores em São Paulo*, lançado no início de junho pelo departamento editorial da entidade.

O livro traz o resultado de investigações feitas pela OAB sobre os assassinatos de menores em São Paulo, no ano de 1991. A OAB constituiu nesse ano uma Comissão Especial de Investigação para Apuração de Execuções Sumárias em São Paulo - formada pelos advogados João Benedito de Azevedo Marques, Angela Degang e Jairo Fonseca -, em razão do aumento do número de homicídios contra crianças e adolescentes.

MÉDIA AUMENTA. O trabalho da OAB revela que dois menores são assassinados por dia em São Paulo. Há dois anos, a média diária era de 1,6%, o que significa um aumento de 25%. Os adolescentes são, em sua maior parte, trabalhadores e não têm envolvimento com drogas, conclui o levantamento.

O livro reúne denúncias já publicadas na imprensa sobre os assassinatos de crianças e adolescentes, além de depoimentos de representantes de entidades de direitos humanos e de defesa da cri-

J. K. RIPPEZ/IMAGENS DA TEIIRA



Crianças na rua: a sociedade não ampara, a polícia mata.



ança, policiais, deputados, promotores de Justiça e jornalistas, colhidos pela comissão especial de investigação da OAB. A comissão ouviu 13 pessoas em audiências públicas e 12 em audiências reservadas.

A OAB requisitou no Instituto Médico Legal (IML) os laudos necroscópicos de 30 crianças e adolescentes assassinadas no mês de julho de

1991 em São Paulo, conforme reportagem publicada na época pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A comissão analisou os laudos e constatou que as mortes foram provocadas por armas de fogo, com inúmeros disparos pelas costas, "típicos de execução sumária de seres humanos".

PIOR QUE A DITADURA. A situação hoje é alarmante, diz a comissão especial da OAB, porque se configura um quadro muito pior do que na época

da ditadura militar, quando o famigerado Esquadrão da Morte agia nas ruas de São Paulo, eliminando suspeitos e supostos marginais. Nesse período, foram executadas em São Paulo 220 pessoas. "Se nota que naquele tempo nenhuma criança ou adolescente foi atingida. Ou seja, o Esquadrão da Morte ainda respeitava crianças e adolescentes", concluiu a comissão.

A OAB denuncia ainda a violência da polícia paulista. Conforme os dados apresen-

tados, a Polícia Militar matava, na época do governo Paulo Maluf, uma pessoa a cada 30 horas. Nos governos Franco Montoro e Orestes Quércia, a PM elevou o índice para uma morte a cada 17 horas.

No governo Fleury, a PM passou a matar uma pessoa a cada sete horas, "o que indica um extraordinário crescimento da ação violenta da polícia", conforme a OAB.

GILBERTO NASCIMENTO

Assine o Brasil Agora

Assinando o Brasil Agora você está construindo uma imprensa democrática e popular, ao lado dos trabalhadores e de suas lutas. Assine já.



PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 222.4326

NOME _____

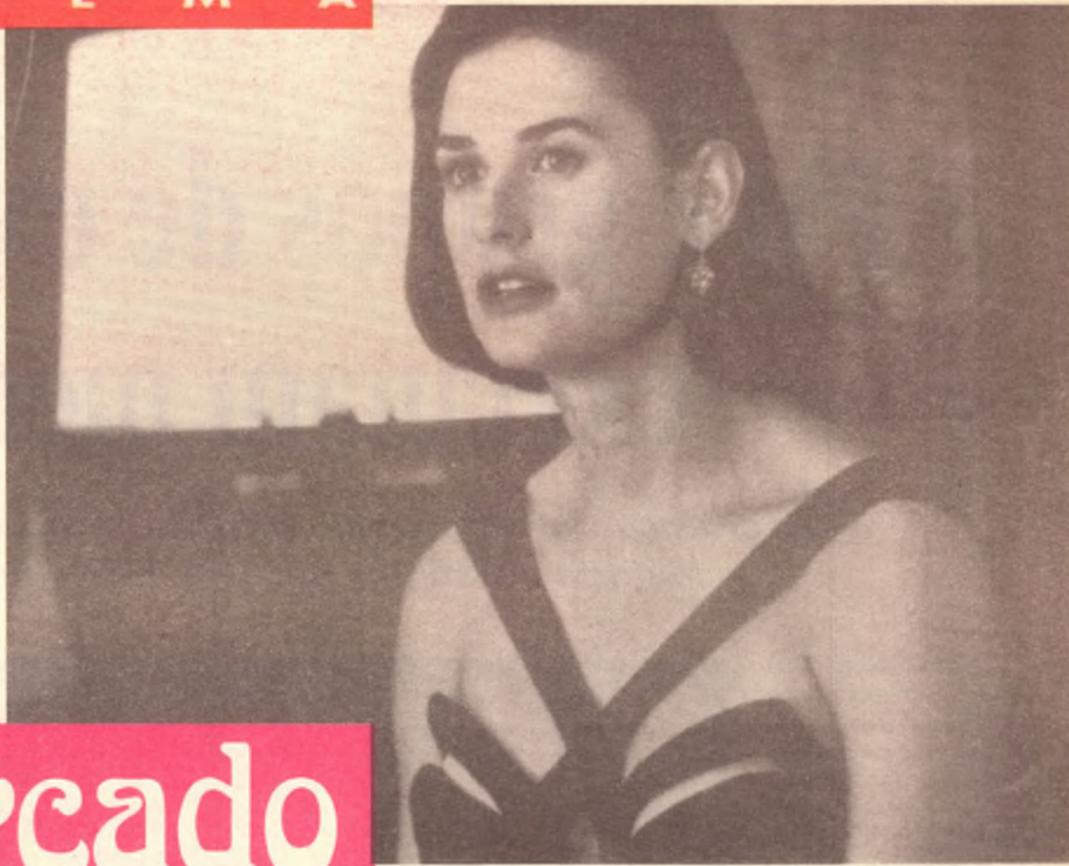
ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 700.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 1.350.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 2.100.000,00



Mercado de mulheres

O cinema americano investe em mulheres que querem deixar de ser mercadorias - para se transformar em objetos de arte...

Que algo vai muito mal ao norte do Rio Grande - o Rio Bravo dos mexicanos e de John Ford - é evidente. Bons tempos aqueles em que John Wayne e Gary Cooper resolviam tudo com meia dúzia de porradas, um cavalo e a linha do horizonte. Ou então quando Humphrey Bogart esnobava Ingrid Bergman ao pé do avião. Agora herói grama, apanha e é mal pago: melhor ainda se nem der para ser considerado herói, pois assim a crítica receberá melhor o filme.

Uma mulher para dois, com Robert de Niro e Uma Thurman dirigidos por John McNaughton, vai por aí. O cenário é a Chicago pós-moderna do brutalismo institucionalizado: gangues, máfias e uma polícia mal paga e ineficiente para proteger o cidadão. Ela nem mesmo consegue chegar a tempo de prender os bandidos, que viram presunto antes mesmo da vinda do camburão.

SOCOS NA RUA. Mas o mito americano de que homem para ser homem tem que dar e levar algumas porradas permanece de pé: Robert de Niro e o excelente Bill Murray (de *Caça-fantasmas*) terão de trocar socos no meio da rua, como dois meninos enfezados, para que o primeiro possa ficar com sua amada, conquistando-a. Outro filme que investe nesta quebra do herói é *Proposta indecente*, com Demi Moore, Woody Harrelson e Robert Redford, com direção de Adrian Lyne. O argumento é tão interessante quanto tradicional: qual o limite da venalidade?

O milionário Redford propõe ao casal arruinado um milhão de dólares por uma noite com a mulher. O casal aceita. Fica visível no filme que para ela o milhão serve como desculpa, pois o jogo de negaço e sedução começa antes da

oferta. Para ele, o marido, trata-se de aluguel do corpo alheio; ele atua como autêntico gigolô. Para o milionário, a noite abre a porta que preenche o vazio da existência - e o roteiro vai assim mesmo, tão açucarado e convencional como estas mal traçadas linhas, que sou mal pago para escrever, como o De Niro do outro filme.

No filme de McNaughton, De Niro é um policial que tem pretensões artísticas. Na verdade, é fotógrafo da polícia, e fotografa cadáveres. Ao salvar a vida de um gangster, este lhe oferece, como recompensa, uma semana com uma de suas "girls". É claro que o casal se apaixona, e no fim ele não quer que ela vá embora. Uma tentativa de comprá-la, isto é, pagar o gangster para que a "libere", não funciona - porque o policial não consegue juntar a grana suficiente e porque ela não aceita esta compra e venda de seu passe. Vai ter que ser na porrada mesmo, para que de dentro do imaturo De Niro, que não gosta de violência e padece de ejaculação precoce, brote o homem capaz de bater e de

apanhar pela sua amada, numa mistura de Quixote com Parsifal.

VIOLÊNCIA DO AMOR. Em ambos os filmes a situação das mulheres é peculiar. No primeiro, a personagem vivida pela lindíssima Demi Moore sente-se amada e coisa e tal. Mas isso não chega: parece que não é de verdade. Os dois, marido e mulher, brincam de casinha. Falta aquele "tchans" de violência arrebatadora que amor e sedução carregam consigo. A oferta do milhão é a oportunidade que ela tem para valorizar-se... aos olhos do marido. Nada como um ciúme avassalador para agitar o pedaço. Ela disputa, na verdade, a importância que a casa tem aos olhos do parceiro, pois ambos se vêem naquela estranha situação porque a casa de ambos, que ele está construindo, vai ser comida pelo banco. Ele acaba perdendo a casa, mas ganhando a mulher. O milhão vai para o espaço: moralistamente, termina destinado a instituições de beneficência.

No segundo filme dá-se algo parecido. Na primeira noite que a moça passa na casa

do "certinho" De Niro, ela diz, depois: "Procurei algo desarrumado para arrumar, mas não encontrei". No fim está tudo por arrumar, inclusive a cara do (anti)herói: ele de fato necessita de uma enfermeira e dona de casa, coisa que, além de excelente factótum amoroso, a personagem de Uma já provou ser. Ela ganha a disputa com os objetos dele, assim como a outra, do outro filme, ganha a disputa com a casa dele.

COMÉDIAS AMARGAS. Um detalhe chama a atenção: ambos os filmes são melodramas no sentido técnico da palavra. Eles têm uma estrutura de comédia, com integração das personagens devidas no final. Mas, assim como *Perfume de mulher*, são comédias amargas. Isto é mais evidente em *Uma mulher para dois*, que, dos dois filmes, é ou procura ser mais engraçado. O amargor vem do fato de que o encontro do policial com o gangster - uma transgressão no mundo de ambos - não lhes abre qualquer nova perspectiva de vida. Ambos se desentendem exemplarmente. Fica tudo como está, cada macaco no seu paraíso. Ambos não gostam do que são, e não têm alternativa senão o serem o que são. O policial sofre alguma transformação, amadurecendo no processo, mas seu pequeno mundo permanece o mesmo. A última tomada do filme é o disperso gigantismo de Chicago, com suas mortes já tornadas banais pela quantidade.

MAL-ESTAR NOS EUA. No filme do milionário, o final sentimentalmente feliz, com o reencontro do casal, resolve o problema do ciúme e do amor. Mas não o do eixo central da venalidade: o marido de fato alugou a mulher, e ela de fato usou o milhão como analgésico para o sentimento de culpa, coisa que a "doação" final do dinheiro tapa, mas não resol-

ve. E agora, Josés e Josefinas? A América da recessão e da violência banalizada vai humanamente mal - é o que apontam estes filmes que, além de diversão tecnicamente qualificada, são sintomas fiéis desse mal-estar interior que assola nossos irmãos do norte. Na média, o filme de McNaughton consegue ser melhor realizado e equilibrado do que o de Adrian Lyne. Naquele, a construção dos personagens é bem mais sólida. É um filme menos pretensioso: quer ser apenas uma comédia de reflexão, e consegue. Já o outro tem desigualdades que o arrancam: são excelentes atores, com um argumento sólido, uma fotografia de valor, mas perdidos num roteiro banal, que nem a direção competente de Lyne consegue salvar do açucaramento.

"COMPETÊNCIA" DEMAIS. Talvez porque seja mesmo "competente" demais: é tudo muito certinho, muito no lugar, sem deslizes nem excesso. Até as cenas de cama são alinhadas: marido e mulher podem fazer algum fuzuê de sutiã, cuecas e calcinhas; já o casal de amantes não aparece, limitando-se a umas dancinhas de rosto colado e beijinhos, como na antiga Hollywood. A gente fica pensando demais na maravilha que a direção conseguiu fazer com aquele roteiro quase piada de *Casablanca*, acima lembrado. Mas não há de ser nada: a diversão é boa, e dá vontade de reler *Madame Bovary*. Mas isto é outro filme, outro tempo, outro país, e uma heroína que caiu sem se vender.

FLÁVIO AGUIAR

PROPOSTA INDECENTE
(INDECENT PROPOSAL)
LANÇAMENTO NACIONAL. DIREÇÃO DE ADRIAN LYNE. COM DEMI MOORE, ROBERT REDFORD E WOODY HARRELSON.
UMA MULHER PARA DOIS
(MAD DOG AND GLORY). LANÇAMENTO NACIONAL. DIREÇÃO DE JOHN MC NAUGHTON. COM UMA THURMAN, ROBERT DE NIRO E BILL MURRAY.



EXTRA: RECEITA VAI SOLTAR LISTA DOS MAIORES SONEGADORES!
AO INVÉS DE SOLTAR POR QUE É QUE NÃO PRENDE TUDO DE UMA VEZ??

BRASIL AGORA



NO PAÍS DOS TUCANOS, QUEM FAZ A FESTA É O PERQUITO!